

LAILA GLEYCE SANTOS VIANA

**O PESSOAL É INTERNACIONAL:
FEMINISMO NEGRO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

BRASÍLIA – DF

2016

LAILA GLEYCE SANTOS VIANA

**O PESSOAL É INTERNACIONAL:
Feminismo Negro e Relações Internacionais**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Relações Internacionais do UniCEUB, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel Relações Internacionais.

Orientador: Profº Gabriel Fonteles

BRASÍLIA – DF

2016

LAILA GLEYCE SANTOS VIANA

O PESSOAL É INTERNACIONAL:
Feminismo Negro e Relações Internacionais

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Relações Internacionais do UniCEUB, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel Relações Internacionais.

Orientador: Profº Gabriel Fonteles

Brasília, 28 de outubro de 2016.

Banca Examinadora

Professor orientador Gabriel Fonteles

Professor (a) examinador (a) 1

Professor (a) examinador (a) 2

“Então é melhor falar tendo em mente que não esperavam que sobrevivêssemos”.

Audre Lorde.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer a Deus, por ter me concedido o dom da vida e por ter abençoado abundantemente meu lar, além de ter me dado forças suficientes para chegar até aqui. Ele quem permitiu que tudo isso acontecesse, ao longo de toda minha vida, e não somente nestes anos como universitária, mas que em todos os momentos é o maior mestre que alguém pode conhecer.

A minha família, pois sem eles eu não seria nada e não teria alcançado tantas oportunidades. Hoje, mais do que nunca, entendo a importância de se viver num lar bem estruturado e da diferença que uma base familiar sólida pode ter na vida de qualquer pessoa.

Ao Thiago Rodrigues de Araújo pela paciência, pelo apoio e por estar comigo em todos os momentos difíceis durante a realização desta monografia. Por vezes, pensei em desistir e deixar a monografia para um próximo semestre, mas o apoio que recebi me fez mais forte.

Agradeço especialmente as minhas amigas Ana Carolina Silva, Ana Carolina Borges, Letícia Mayara e Thayssa Olegário por me ajudarem a desenvolver um trabalho inicial sobre o tema Feminismo Negro, durante a disciplina de Sociedade Civil e principalmente, por aceitarem a minha ideia de falar de um tema pouco discutido nos meios acadêmicos. E, principalmente por me darem o suporte necessário para que eu continuasse desenvolvendo este tema durante a monografia.

Ao professor Gabriel Fonteles pela calma, paciência e disposição para me ajudar durante os desafios desse trabalho científico e por não ter desistido de me orientar, quando eu quase desisti de realizar essa atividade. Agradeço também toda sua atenção, dedicação e esforço para que eu pudesse ter confiança e segurança na realização deste trabalho.

A todas feministas negras que passaram para mim seus ideais de luta! E me fizeram forte num mundo onde o sexismo e racismo são estruturais e a luta é contínua. Sempre será nós por nós. Sinto imensa gratidão por não desistirem da luta e passarem os seus legados para as futuras gerações.

À Instituição pelo ambiente criativo e amigável que proporciona.

E por fim, agradeço a todos que me ajudaram direta e indiretamente para a minha formação, o meu muito obrigada!

RESUMO

A presente pesquisa científica trata sobre revelar as conexões existentes entre o Feminismo Negro e as Relações Internacionais, através da Sociedade Civil Global. Analisando a trajetória da entrada do Feminismo nas Relações Internacionais, suas principais críticas e vertentes à construção androcêntrica do discurso da disciplina preocupando-se fundamentalmente em desafiar o viés masculinista a partir dos quais se estruturavam as premissas centrais e conceitos do campo. Ademais, é apresentado o surgimento do Feminismo Negro, como teoria, nos Estados Unidos, a partir da Segunda Onda Feminista, pois através do movimento dos direitos civis iniciou-se o processo de consciência da mulher negra. Logo em seguida, o movimento se expandiu, chegando no Brasil. Com o advento da globalização e o reconhecimento de novos atores, a sociedade civil conquista sua voz frente a comunidade internacional, formando redes e participando de fóruns e encontros internacionais, construindo a sociedade civil global e nesse sentido o Feminismo Negro, se torna um movimento transnacional.

Palavras-chave: Feminismo Negro. Relações Internacionais. Sociedade Civil Global.

ABSTRACT

This scientific research is about revealing the connections between the Black Feminism and International Relations, through the Global Civil Society. Analyzing the trajectory of the entry of Feminism in International Relations, its main critical aspects and the androcentric construction of discipline speech fundamentally worrying themselves in challenging the masculinist biases from which were structured the central premises and concepts of the field. Moreover, it is presented on the emergence of Black Feminism as a theory in the United States, from the Second Wave Feminist because through the civil rights movement began the process of consciousness of black women. Soon after, the movement expanded, arriving in Brazil. With the advent of globalization and the recognition of new actors, civil society conquer his voice against the international community, forming networks and participating in international forums and meetings, building global civil society and in this sense Feminism Negro becomes a transnational movement.

Keywords: Black Feminism. International Relations. Global Civil Society.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1. FEMINISMO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS	13
2. FEMINISMO NEGRO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS.....	25
2.1 O Surgimento do Feminismo Negro	25
2.2 Teoria Feminista Negra	29
2.3 Feminismo Negro no Brasil	35
3. SOCIEDADE CIVIL GLOBAL E FEMINISMO NEGRO.....	44
3.1 A Sociedade Civil Global	48
3.2 Emergência do Feminismo Negro: o pessoal é internacional?	52
3.3 Ação do Feminismo Negro nas relações internacionais	58
3.3.1 <i>Atuação frente aos organismos internacionais</i>	59
3.3.2 <i>Participação em Conferências Internacionais e acompanhamento das mesmas.....</i>	61
3.3.3 <i>Ações locais de dimensão global</i>	63
3.3.4 <i>Rede de organizações</i>	65
3.3.5 <i>Cooperação Internacional</i>	66
CONCLUSÃO.....	68
REFERÊNCIAS	70

INTRODUÇÃO

A aproximação entre a escola Feminista e as Relações Internacionais surgiu no final da década de 80 e início da década de 90, sendo considerada uma entrada tardia pois, o Feminismo, enquanto movimento social e político, teve seu início no século XIX, quando as mulheres buscavam a igualdade de direitos civis, principalmente o direito ao voto. Nesse momento as lutas eram centradas nos EUA e Inglaterra. Entretanto, esse feminismo, não contemplava todas as mulheres, mesmo tendo como sua base a igualdade seja entre homens e mulheres e entre mulheres e mulheres. Ele foi pensado e realizado por mulheres brancas de classe média.

Entrando na segunda onda do Feminismo entre 1960 e 1980 a mulher negra ganhou um papel mais forte na história, porque foi fundada nos EUA a National Black Feminist Organization em 1973 e, antes disso também, feministas negras haviam aparecido e criado uma literatura nova. Já, na área de Relações Internacionais, o Feminismo ganhou força, principalmente, por grande produção teórica de autoras como Ann Tickner e Sarah Harding, além das duras críticas à construção androcêntrica da disciplina.

O fortalecimento do Feminismo Negro, enquanto, um movimento transnacional se intensificou na 3ª onda do movimento Feminista Global, diversas produções teóricas foram feitas, sendo os Estados Unidos, o “pai” da Teoria Feminista Negra. Estas feministas negras, afirmavam e comprovavam então, a dupla opressão sofrida, primeiro por ser mulher e a segunda por ser negra. Logo após, o marco teórico, que foi escrito por Patricia Hill Collins, a teoria globalizou-se atingindo todos os continentes.

Diante da “virada construtivista” que ocorreu nas Relações Internacionais, tendo em vista, das críticas metodológicas, epistemológicas e ontológicas feitas as teorias mainstream, novos temas foram incluídos na sua agenda. Esses novos temas possuíam uma maior preocupação com a “construção social da política mundial”. Por isso, houve a aproximação entre o Estudo de Gênero e as Relações Internacionais, criticando à cartografia moral da civilização ocidental e à dualidade ontológica masculino/feminino. Porém, mesmo com essa maior “abertura” na discussão, temas ainda, são silenciados, mesmo que estes afetem a maioria da população mundial. Portanto, buscou-se reunir informações e documentos para analisar a Teoria

Feminista Negra e a sua contribuição para as Relações Internacionais, e, principalmente, para os novos atores da política mundial, a sociedade civil.

A principal finalidade deste trabalho é estudar a Teoria Feminista Negra e apontar a sua participação e possível contribuição para as Relações Internacionais. Portanto, se faz necessário explicar qual o propósito do Feminismo dentro das Relações Internacionais e suas principais vertentes, com um foco maior no Pós-colonialismo. Estudar a história do Feminismo Negro e a sua teoria, bem como, salientar o surgimento deste movimento no Brasil, que ocorreu por vias transnacionais. Investigar como age a Sociedade Civil Global do Feminismo Negro e suas principais ações.

A importância deste trabalho, em âmbito acadêmico, se reflete na necessidade de se abordar temas que fujam, porém dialoguem com mainstream de Relações Internacionais. Desde a “virada construtivista” novos temas foram abarcados para a discussão da disciplina, porém, estudos mais pontuais e de característica mais “pessoal”, ainda são pouco debatidos dentro da comunidade acadêmica. Além de considerar, o fortalecimento dos movimentos sociais organizados pela sociedade civil nacional e global que abordam temas como esse e são objetos de estudo das Relações Internacionais. Num âmbito social, esta análise se torna relevante, no sentido de que o feminismo, em seu início, foi formulado na ideia de separação binária entre homem e mulher, porém, a categoria mulher não é universal, ou um núcleo fechado. As subdivisões desta categoria englobam características como classe, raça e sexualidade, principalmente. Gênero, raça e também a classe social se transpassam e a opressão sofrida por mulheres negras é multiplicada. Não há hierarquização de opressão, mulheres brancas e negras sofrem, porém, as mulheres negras sofrem por questões que não atingem diretamente a mulher branca. Por isso, estas questões devem ser discutidas por um viés diferente. Pessoalmente, essa é uma pesquisa séria. Ao tratarmos de uma coletividade, que é atingida por padrões de opressões e os seus indivíduos são os que mais sofrem tendo em vista essa intersecção de sofrimentos, podemos concluir que o tema não é fácil. Tratar de Direitos Humanos, racismo e sexismo é desafiador, pois são temas que são afetados pela lógica machista na qual vivemos.

Para o desenvolvimento do seguinte trabalho foi utilizado pesquisa bibliográfica. A pesquisa bibliográfica baseou-se em materiais já elaborados

constituída principalmente de livros e artigos científicos que tratam sobre o referido tema, sendo realizado o resumo e fichamento destes textos. As principais fontes de acesso a esses documentos, impressos e eletrônicos, foram a biblioteca do UniCEUB, o repositório do UniCEUB e da UnB, bem como o site da Scielo.

O trabalho de conclusão de curso estrutura-se em três capítulos, apresentando-se no primeiro a Teoria Feminista de Relações Internacionais e suas vertentes. No segundo capítulo é abordado o Feminismo Negro, salientando o seu surgimento, a teoria proposta por este movimento. Esse capítulo também apresenta emergência do Feminismo Negro no Brasil. No capítulo três é apresentado a ação do Feminismo Negro na Sociedade Civil Global deste movimento, abordando a transnacionalização do Feminismo Negro, enquanto teoria, além, da sua atuação e os possíveis impactos para as Relações Internacionais.

1 FEMINISMO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A aproximação entre a escola Feminista e as Relações Internacionais¹ surgiu no final da década de 80 e início da década de 90. Autoras como Ann Tickner (1992) e Sandra Harding (1987) afirmam que houve uma entrada tardia dessa perspectiva feminista na disciplina, considerando que o estudo de gênero já havia penetrado a academia de diversas ciências sociais desde 1960. Porém, esse atraso da introdução do estudo de gênero nas Relações Internacionais (RI) não pode significar que o tema não seja relevante pois “questões que já foram abordadas pelas outras ciências sociais e que tem efeitos internacionais incluem discussões sobre a violência sexual na guerra e a difusão internacional de um discurso pró-democracia” (PAIVA, 2014, p. 10).

Pode-se dizer que o feminismo é “uma teoria política que coexiste e interage com um movimento político dedicado a erradicar os problemas que mulheres enfrentam em função do seu sexo” (SJOBORG e VIA, 2010, p. 9, tradução da autora apud PAIVA, 2014, p. 13). A teoria política e o movimento político do Feminismo são internacionais. A “Primeira Onda Feminista”, no caso, o movimento que apoiava o sufrágio feminino que ocorreu nas décadas iniciais do século XX, foi “um dos mais marcantes movimentos transnacionais dos tempos modernos” (HALLIDAY, 1999, p. 171). Passado um período sem grandes manifestações, o feminismo tomou força nos Estados Unidos, por volta de 1960, partindo de um descontentamento das mulheres de esquerda, que tinham suas reivindicações menosprezadas, por causa do sexismo encontrado dentro dos grupos de esquerda, este então foi nomeado de a “Segunda Onda Feminista”, e posteriormente tomou o mundo (PAIVA, 2014).

Durante esta Segunda Onda o debate foi expandido para desigualdades institucionais formais e informais, com o grito de guerra “o pessoal é político” sendo utilizado para demonstrar que questões de sexualidade direitos reprodutivos e desigualdade dentro do âmbito familiar também eram o resultado de “padrões sistemáticos de opressão” (SEGRAN, 2014). Foi durante a Segunda Onda que o feminismo de fato entrou na academia, pois cursos sobre a “História da Mulher” ou

¹ O uso de maiúsculas e minúsculas serve para diferenciar “relações internacionais”, gama de fenômenos, de “Relações Internacionais”, disciplina ou campo de estudos.

“Estudos da Mulher” começaram a ser ministrados nas universidades, teve início de conferências acadêmicas e o surgimento de uma revista acadêmica dedicada ao tema “Feminist Studies”, de 1972 (MESSER-DAVIDOW, 2002).

Até então, as pautas do movimento feminista eram principalmente as que fossem relevantes para mulheres brancas, ocidentais e de classe média. A segunda Onda foi criticada por feministas negras e de países do Terceiro mundo por tratar da categoria “mulher” como homogênea, ignorando a maneira como os sistemas de opressão baseados em gênero, classe e etnia são interligados (KROLOKKE; SORENSEN, 2005). Foi a partir dessa crítica que nasceu a Terceira Onda², que busca cultivar uma pluralidade de vozes no feminismo com um protagonismo de feministas negras e pós-colonialistas.

Nas Relações Internacionais, porém, foi só no final da década de 1980 que os primeiros trabalhos feministas apareceram³, tendo em vista que, apesar das RI serem “importadoras” de conceitos e teorias em relação às outras ciências humanas (HALLIDAY, 1999, p. 162 apud PAIVA, 2014, p. 16), a disciplina tem se mostrado mais conservadora que outras ciências sociais em diversos aspectos, o que significa que estas importações tendem a acontecer com muitos anos de atrasos quando as perspectivas são críticas ao *mainstream* da disciplina (BEIER, 2005 apud PAIVA, 2014, p. 13).

O crescimento das abordagens feministas nas Relações Internacionais, acontece juntamente com o movimento maior dos pós-positivistas como o construtivismo e a teoria crítica, que ganharam espaço a partir de 1980, compondo o terceiro debate⁴ da disciplina. Estes tinham como crítica as teorias *mainstream* de RI em termos epistemológicos, ontológicos e metodológicos.

As perspectivas feministas que surgiram com o pós-positivismo são discursos de crítica à cartografia moral da civilização ocidental e à dualidade

² A esta altura do debate, a própria historiografia feminista através das “ondas” foi criticada por ser uma divisão baseada em ocorrências nos Estados Unidos, ignorando desenvolvimentos no resto do mundo, em especial em países mais pobres como afirmado por Tarrant (2006). Porém, farei o uso dessa definição em vista de que o objeto de estudo do meu trabalho é o Feminismo Negro, que foi largamente desenvolvido nos EUA, dessa forma facilitando o entendimento da linha cronológica que se seguiu.

³ ELSHTAIN, 1987; COHN, 1987; ENLOE, 1989.

⁴ Para alguns autores, este é o quarto debate da disciplina, porque preferem trabalhar com a seguinte periodização: 1º debate: liberalismo *versus* realismo; 2º debate: behavioristas *versus* tradicionalistas; 3º debate: neorealistas *versus* neoliberais; e 4º debate: positivismo *versus* pós-positivismo (PEREIRA; ROCHA, 2014). Escolhi, pois, a denominação de terceiro debate levando em conta a repetição desta classificação nos textos feministas em relações internacionais (HARDING; TICKNER, TRUE).

ontológica masculino/feminino (BARROS, 2007, p. 166). O Feminismo pós-1990 é definido por Ann Tickner como

A distinctive methodological perspective that fundamentally challenges the often unseen androcentric or masculine biases in the way that knowledge has traditionally been constructed in all discipline. (Tickner, 2005, p. 3)

Inicialmente, é necessário o esclarecimento dos principais pontos do terceiro debate de RI, e como um dos seus polos, o pós-positivismo, representa uma ruptura com as formas anteriores de construção de conhecimento na área. A principal característica do pós-positivismo é a crítica aos esforços teóricos anteriores em RI, desinteressados em incluir em suas análises as variáveis relativas à dimensão social dos fenômenos internacionais (MONTE, 2013, p. 59).

Conforme Monte (2013) o terceiro debate representa um desafio à hegemonia do pensamento chamado positivista, que se prolongou da década de 50 até meados dos anos 80 e, pode-se dizer, ainda compõe o centro da disciplina. São duas as principais correntes positivistas: realistas e liberais, ambas partem da consideração básica que o sistema internacional se organiza anarquicamente, ou seja, os Estados são soberanos e não há uma autoridade acima destes. Dessa forma, realistas defendem que há uma necessidade de cada ator soberano em garantir sua própria segurança na ausência de uma autoridade superior e central, determinando que as possibilidades de relacionamento entre os Estados se resume em uma competição constante de poder, medido em termos de quantidade de recurso militares e/ou econômicos e controle territorial. Os liberais utilizam-se de métodos e pressupostos retirados do liberalismo clássico e da ciência econômica estabelecendo, assim, as leis gerais da política internacional. Seus argumentos seguem os mesmos pressupostos da racionalidade dos atores estatais e do interesse em garantir a segurança na comunidade política, mantendo a mesma preocupação com questão de custos e benefícios da ação, porém estes consideram que em condições particulares e específicas, são possíveis certos laços de cooperação entre os países.

Desde o fim da Guerra Fria, ou o fim do século XX e início do século XXI, novas questões surgiram nas agendas de análise das relações internacionais. Uma “virada construtivista” é a resposta ao surgimento de abordagens que propõem uma maior preocupação com a “construção social da política mundial”. Os teóricos dessa virada construtivista criticam, principalmente, o entendimento de correntes liberais e realistas do sistema internacional como um sistema que pode ser explicado a-histórica

e a-socialmente, definido pela competição por recursos materiais e pela racionalidade dos atores estatais. Teóricos pós-positivistas, em RI, serão aqueles que buscam entender as normas e instituições a partir das quais agem os Estados (MONTE, 2013).

De maneira geral, as abordagens pós-positivistas caracterizam-se pelo questionamento das premissas epistemológicas, metodológicas e ontológicas das teorias tradicionais da disciplina de Relações Internacionais. Epistemológicas porque diferentemente dos positivistas que utilizam uma epistemologia restrita ao conhecimento empírico do mundo – os pós-positivistas questionam a existência de uma realidade lá fora a qual podemos observar empiricamente. Metodológicas porque não acreditam na ideia de unidade da ciência pelo método já que, para eles, o mundo social não apresenta as mesmas regularidades da natureza, estando o primeiro em permanente construção. Finalmente ontológicas, porque o limite ontológico de suas análises está muito além da realidade das teorias tradicionais, sendo mesmo que para os mais radicais esse limite não existe (BARROS, 2007, p. 172). As feministas acabam inevitavelmente do lado pós-positivista do debate por priorizarem, da mesma forma que construtivistas, pós-modernos e teóricos críticos, as relações entre poder e conhecimento e a importância da linguagem, regras e identidades para as relações internacionais (MONTE, 2013). Se dedicando então às análises dos discursos que constroem a realidade da forma como a entendemos e à análise das práticas políticas que estão por detrás desses discursos.

O estudo das Relações Internacionais dizia-se neutro e objetivo e, portanto, não havia lugar para questões de identidade em geral e questões de gênero em particular. Segundo esse argumento, quando se trata da segurança, se trata da segurança de todos, universalmente, sem distinção de homens, mulheres ou crianças. A questão é que quem na academia e na política, tratava dessas questões de segurança eram homens e quem defendia a sobrevivência de todos eram homens (NOGUEIRA e MESSARI, 2005). À luz dessa afirmação temos um exemplo significativo

[...] o lançamento do manifesto “Declaração do Direito das Mulheres”, escrito em 1791, por Olympe de Gouges – posteriormente decapitada. A escritora e militante francesa denunciava a “Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão” (1789) como um documento que não contemplava os interesses das mulheres e as excluía da vida política e cidadã, e exigia a adoção de seu manifesto, pautado na equidade jurídica e legal de homens e mulheres. O documento foi rejeitado pela Assembleia Nacional francesa em 28 de outubro de 1791 e Gouges executada em 1793, pelas críticas cada vez mais duras

que fazia ao governo dos jacobinos e pela sua intransigência na defesa dos direitos das mulheres. (ISQUIERDO, 2012, p. 1)

True (2001) por exemplo, define gênero sexual como a construção social assimétrica da masculinidade e da feminilidade em oposição à ostensiva diferenciação biológica macho-fêmea. Nessa perspectiva, a própria construção história de todas as teorias das Relações Internacionais é vista como uma experiência masculinizada, ou seja, as fronteiras do Estado, a globalização capitalista e a militarização são exemplos de estruturas patriarcais criadas pelo discurso dominante masculino, que é apenas reproduzido e justificado pelas teorias mainstream⁵ das Relações Internacionais. Portanto, uma das primeiras tarefas do Feminismo é expor a exclusão das mulheres do discurso teórico das RI (TRUE, 2001, p. 236 apud SARFATI, 2005).

O principal objetivo das feministas, passa ser a pontuar as práticas disciplinadoras da produção de conhecimento na área. Para as representantes dessas correntes, a produção científica na área de Relações Internacionais está envolta por ideias de gênero, ou, num tratamento dado por elas, é uma genderização⁶ disciplinada por uma epistemologia androcêntrica de produção de conhecimento (BARROS, 2007).

O núcleo de pesquisa da agenda feminista em Relações Internacionais envolve questões identitárias, como raça, cultura e gênero. E elas enfocam na investigação do modo como as instituições internacionais estruturam, moldam e reproduzem a desigualdade de gênero e, ao mesmo tempo, como as instituições são sustentadas por esta mesma desigualdade. Ou seja, a investigação feminista é pautada por questões constitutivas da organização do ambiente internacional, “questões que provavelmente não podem ser levantadas nos limites epistemológicos e metodológicos das ciências sociais positivistas” (Tickner, 2005, p. 2180), de modo que as questões de gênero nas Relações Internacionais estão inexoravelmente vinculadas a uma perspectiva ontológica e metodológica fundamentalmente mais crítica.

O feminismo, portanto, só é possível como perspectiva de análise numa abordagem pós-positivista, na medida em que privilegia a análise das relações entre

⁵ Embora essas teorias, realistas e liberais, já não sejam tão dominantes quanto antes do Terceiro Debate (construtivistas, em particular, têm se tornado cada vez mais relevantes), suas perspectivas ainda são hegemônicas nos EUA e em Estados sobre sua esfera de influência intelectual, especialmente em relação aos textos ensinados em sala de aula.

⁶ Genderização ou genderizado são usados como substitutos do termo “gendered” nas referências feministas originais (a maior parte em inglês) e remete a algo que é marcado por especificidades de gênero.

poder e conhecimento e a importância da linguagem, das regras e das identidades na conformação das relações internacionais. A análise feminista tem sido um esforço pela inclusão do “gênero” como uma categoria de análise, com o objetivo de compreender e evidenciar as formas pelas quais as normas de gênero estão presentes nas relações da vida social internacional e como se constroem/desconstroem/reconstroem-se mutuamente. Para as feministas, o gênero é uma característica constitutiva da política internacional e da economia global, bem como da própria disciplina de Relações Internacionais. (ISQUIERDO, 2012)

De acordo com Sjoberg e Tickner (2013, p. 206)

Feminists define gender as a set of socially constructed characteristics describing what men and women ought to be. Characteristics such as strength, rationality, independence, protector, and public are associated with masculinity while characteristics such as, weakness, emotionality, relational, protected, and private are associated with femininity (...). These characteristics may vary over time and place but, importantly, they are relational, meaning they depend on each other for their meaning. They are also unequal. Men, women, and the states they live in generally assign more positive value to masculine characteristics than to feminine ones – at least in the public sphere.

Tradicionalmente, o estudo das Relações Internacionais foi feito a partir das relações interestatais; feministas, porém, buscam fazer uma análise mais abrangente, levando em consideração indivíduos, particularmente aqueles em situações subordinadas (TRUE, 2005). Considerando que um dos principais objetos das RI é o poder, Enloe (1989) afirma que a maior parte de seus teóricos ignora não só a natureza genderizada do poder, com a perspectiva daqueles que estão em posição subordinada, e em função disso têm uma compreensão bastante limitada desta questão.

Outra questão essencial para a análise feminista das Relações Internacionais é a noção de que a política internacional não se dá apenas nos campos de batalhas ou em conversas entre chefes de Estado (a chamada alta política). Extrapolando o slogan da Segunda Onda feminista de que “o pessoal é político”, feministas nas RI afirmam que “o pessoal é internacional” (ENLOE, 1989). True (2005, p. 214) explica a maneira como relações aparentemente “pessoais” são também políticas e internacionais:

A política internacional frequentemente envolve relacionamentos íntimos, identidades pessoais e vidas privadas. Estas políticas informais são menos transparentes do que o conteúdo da política oficial e são tipicamente ignoradas por estudiosos de Relações Internacionais. Tomando a visão de baixo, feministas têm buscado demonstrar que relações de gênero são integrais para as relações internacionais. Esposas de diplomatas amaciam as

relações de poder entre estados e estadistas; contratos maritais opacos, mas confiáveis, facilitam a lavagem de dinheiro transnacional e tráfico sexual; ícones globais do capitalismo ocidental; e homens e mulheres se organizam em cozinhas, igrejas e comunidades de parentesco para derrubar regimes autoritários e estabelecer a paz diante de conflito brutal.

Em adição, o que há em comum entre os trabalhos das feministas em Relações Internacionais é, por um lado, usar o gênero como uma categoria de análise na condução de suas investigações, e, por outro, a centralidade que elas dão às questões metodológicas, o que pode ser uma razão explicativa da marginalidade do feminismo na disciplina, já que “o campo tende a julgar os pesquisadores nos termos de quão bem eles operacionalizam e testam as teorias existentes ao invés de valorizar as inovações teóricas e metodológicas que apresentam” (TICKNER, 2005, p. 2173 apud ISQUIERDO, 2012, p. 2).

Tickner (2001) divide a entrada das feministas nas RI em dois momentos, que ela classifica como “duas gerações”. A primeira geração⁷, de feministas em RI, preocupou-se fundamentalmente em desafiar o viés masculinista a partir dos quais se estruturavam as premissas centrais e conceitos do campo, de modo que as autoras introduziram uma crítica que evidenciava a genderização da teoria e da prática da disciplina. Já a segunda geração⁸, deu enfoque à investigação de casos empíricos, com o objetivo de dar visibilidade as questões de gênero e da vida das mulheres. Enquanto a primeira geração, deu enfoque à desconstrução de conceitos e formas de conduzir as análises vigentes, as autoras da segunda geração são mais propositivas neste sentido, e apresentam um interesse metodológico comum pela investigação sociológica, baseada na identidade, interpretativa ou linguística.

Na primeira geração estão as feministas liberais, radicais e socialistas. As **feministas liberais** chamam a atenção para a posição de subordinação das mulheres na política global, mas mantém o compromisso de investigar as causas desta subordinação dentro de uma estrutura positivista. Essas autoras se preocupavam com a incorporação de mulheres nas relações internacionais baseadas em princípios tradicionais do liberalismo político como a igualdade de direitos civis e de oportunidades (TICKNER, 2001). Ao perguntar onde estavam as mulheres na política internacional, o feminismo liberal esperava jogar luz em duas questões distintas, mas

⁷ ENLOE, 1989; PETERSON, 1992; TICKNER, 1992; SYLVESTER, 1994.

⁸ CHIN, 1998; PRÜGL, 1999; HOOPER, 2001

interligadas: primeiramente, na posição de subinclusão das mulheres nos espaços tradicionais de política internacional – como chefes de Estado, diplomatas, servidoras das Forças Armadas, entre outros; e, em segundo lugar, na forma como os lugares que eram efetivamente ocupados por mulheres eram tornados invisíveis politicamente (WHITWORTH, 1994). Elas olham para as mulheres nas instituições e práticas da política global e observam como a sua presença (ou falta dela) afeta e é afetada pela decisão política internacional. Feministas liberais acreditam que a igualdade das mulheres pode ser alcançada através da remoção de obstáculos legais e outros que lhes foram negados os mesmos direitos e oportunidades que os homens (DUNNE, 2013).

Discutindo com a corrente liberal, as **feministas radicais** se opõem a afirmação de que as barreiras legais seriam os únicos entraves à emancipação feminina. Fortemente influenciadas pelas proposições de Simone de Beauvoir, defendem que a opressão feminina é uma opressão fundamental – “uma das primeiras, mais profundas e mais difundidas formas de opressão”. Veem o patriarcado como um sistema de opressão que permeia as instituições da sociedade num nível muito mais profundo do que o da esfera jurídica. E, enquanto as liberais sustentam a ideia de igualdade entre os gêneros, as radicais enfatizam as diferenças entre eles e a necessidade de valorização das características e experiências femininas, tradicionalmente inferiorizadas pelo patriarcado. Argumentam pela existência de maneiras distintas de conhecimento e tomadas de decisão e que homens e mulheres teriam diferentes concepções sobre temas da política internacional, decorrentes dos processos de socialização de cada um – distintos justamente porque inseridos na lógica do gênero que opera nas sociedades (GILLIAN, 2005).

Outra abordagem feminista em relações internacionais seria a do **feminismo socialista**. Para estas teóricas, a opressão de gênero teria como fundamento a diferença entre as condições materiais de existência de homens e mulheres. A principal fonte de poder do patriarcado seria o controle que os homens possuem sobre o trabalho feminino – especialmente o reprodutivo não-remunerado de manutenção do lar e criação dos filhos. A revisão da importância social do trabalho doméstico, naturalizado e não-valorizado, seria uma pauta fundamental da luta das mulheres (ISQUIERDO, 2012).

O **feminismo crítico** explora as manifestações ideacionais e materiais de identidades de gênero e poder de gênero na política global. Muitas feministas constroem seus estudos a partir de Robert Cox. Cox (1986) retrata o mundo em termos de estruturas históricas feitas de três categorias de forças recíprocas de interação: condições materiais, ideias e instituições. Estas forças interagem em três níveis diferentes: as relações de produção, o complexo de Estado-sociedade, e ordens mundiais historicamente definidas. Embora as ideias são importantes para legitimar determinadas instituições, ideias são o produto de agentes humanos - portanto, há sempre a possibilidade de mudança. A teoria crítica tem o compromisso de compreender o mundo, a fim de tentar mudá-lo.

Sandra Whitworth é uma teórica crítica feminista que se baseia no quadro de Cox. Em seu livro, *Feminism and International Relations* (1994), ela afirma que o entendimento sobre o gênero depende apenas em parte, das condições materiais reais de mulheres e de homens em circunstâncias particulares. Ela sugere que o sexo também é constituído pelo significado dado a essa realidade de ideias que os homens e as mulheres têm sobre os seus relacionamentos entre si. Christine Chin em *Service and Servitude* (1998) também utiliza a mesma abordagem para estudar a crescente prevalência de trabalhadoras estrangeiras domésticas mal pagas e muitas vezes exploradas na Malásia durante os anos de 1970. Seu estudo mostra que o Estado da Malásia, assim como outros Estados, não são neutros, mas uma expressão de classe, raça e poder baseada no gênero, que ganhou apoio de cooptar alguns cidadãos enquanto suprime outros. Consistente com a teoria crítica mais geral, Chin vê seu estudo como emancipatório – pois identifica as relações de poder existentes, com a intenção de mudá-las (DUNNE, 2013).

As **construtivistas** sociais da disciplina repensam as formas que veem e compreendem a política internacional, adicionando uma camada social para as análises de RI. É enfatizado o ideacional, em vez de os elementos materiais da política global, pois concordam que a vida internacional é social e que os agentes e estruturas são co-constituídos. Elas desafiam pressupostos realistas sobre estados como atores unitários; em vez disso, eles veem estados como os resultados dinâmicos dos processos sociais que constituem a sua existência. As suas próprias percepções de Estados e outros atores internacionais e outras identidades moldam seu comportamento na política global. O Feminismo Construtivista centra-se na forma que

as ideias sobre gênero formam e são formadas pela política global. O livro de Elisabeth Prügl, *The Global Gender Construction* (1999), utiliza uma perspectiva construtivista feminista baseada linguisticamente para analisar o tratamento de trabalho doméstico nas negociações internacionais e do direito internacional. Como a maioria dos trabalhadores domiciliares são mulheres, o debate sobre a regulamentação deste tipo de emprego é uma questão importante a partir de uma perspectiva feminista. Baixos salários e pobres condições de trabalho têm sido muitas vezes justificadas com o argumento de que o trabalho doméstico não é "trabalho real", uma vez que ocorre na esfera privada da família em vez da esfera pública mais valorizada pela sua base produtiva (DUNNE, 2013).

As **pós-estruturalistas** se concentram no significado da codificação na linguagem. Eles afirmam que nossa compreensão da realidade é mediada através de nosso uso da linguagem. Eles estão particularmente preocupados com a relação entre conhecimento e poder; aqueles que constroem significados e criam conhecimento, assim, obtêm uma grande quantidade de poder. As feministas apontam que o homem geralmente tem sido visto como o conhecedor - que tem construído um conhecimento legítimo nas ciências sociais e este tem como base o conhecimento sobre a vida dos homens na esfera pública; mulheres foram marginalizadas tanto como conhecedoras e como os sujeitos do conhecimento.

O Feminismo pós-estruturalista está particularmente preocupado com a forma dicotomizada das construções linguísticas, como forte/fraco, racional/emocional e público/privado, servem para capacitar o masculino sobre o feminino. Em construções de relações internacionais, como civilizado/incivilizado, ordem/anarquia e desenvolvido/subdesenvolvido, têm sido importantes na forma como dividir o mundo linguisticamente. Pós estruturalistas acreditam que estas distinções têm consequências no mundo real. Construções dicotômicas como essas denotam inferioridade e mesmo perigo em relação àqueles do lado de fora - eles também são de gênero e têm implicações raciais. O feminismo pós-estruturalista procura expor e desconstruir essas hierarquias - muitas vezes através da análise de textos e seu significado. Elas veem o gênero como uma construção social complexa e enfatizam que o significado falado de sexo está constantemente evoluindo e mudando com o contexto. Desconstruir as hierarquias é necessário para que possamos vê-los e construir uma visão menos hierárquica da realidade.

O livro de Charlotte Hooper “*Mainly States*” (2001) é um exemplo de análise textual pós-estrutural. Uma de suas questões centrais é qual a função da teoria das relações internacionais e do jogo prático na elaboração, definição e legitimação de masculinidades. Ela afirma que não podemos compreender as relações internacionais a menos que compreendamos as implicações do fato de que ela é conduzida principalmente por homens. Ela tem como objetivo mostrar que a política de gênero permeia a política mundial e que o gênero é uma construção social que resulta de práticas que ligam os argumentos em todos os níveis da política e da sociedade, incluindo a internacional. (DUNNE, 2013)

A preocupação particular dos escritores **pós-coloniais** são as relações coloniais de dominação e subordinação estabelecida sob o imperialismo. Eles afirmam que essas relações de dominância persistiram além da concessão da independência aos estados outrora colonizados e que eles são construídos sobre a forma como os colonizados são representados no conhecimento ocidental. Argumentando que o colonizado deve representar a si mesmo, os estudiosos pós-coloniais têm como objetivo "falar de volta", uma tarefa difícil feita mais pelo apagamento da sua história e cultura. Como estudiosos pós-estruturalistas de modo mais geral, os estudiosos pós-coloniais defendem que, em relação internacional, construções do 'eu' e 'outros' adotam estereótipos raciais e culturais que denotam o outro – nesse caso em assuntos ex-coloniais - como inferiores.

O feminismo pós-colonial faz afirmações semelhantes sobre a forma como as feministas ocidentais construíram conhecimento sobre as mulheres não-ocidentais. Assim como as feministas criticam o conhecimento ocidental por suas falsas suposições sobre a universalidade, quando, na realidade, o conhecimento é construído principalmente da vida dos homens, as feministas pós-coloniais veem falsas alegações de universalismo decorrentes de conhecimento que se baseiam em grande parte nas experiências de mulheres ocidentais relativamente privilegiadas.

Chandra Mohanty (1988) critica algumas feministas ocidentais por tratar as mulheres como uma categoria homogênea que não reconhecem suas diferenças em função da sua cultura, classe social, raça e localização geográfica. Este universalismo etnocêntrico rouba as mulheres de sua atuação histórica e política. Feministas pós-coloniais, como Mohanty, estão preocupadas que as feministas ocidentais assumam

que todas as mulheres têm necessidades semelhantes com respeito a emancipação quando, na verdade, suas realidades são muito diferentes.

O desafio feminista pós-coloniais é o retrato ocidental que fazem das mulheres do Terceiro Mundo como pobres, não educadas, vítimas, e que faltam na agência. Trabalhos recentes em RI de feministas pós-coloniais, incluindo o de Lily Ling e Anna Agathangelou, analisam a subordinação de gênero como introduzida na intersecção de gênero, raça e cultura, e obscurecendo as fronteiras entre a política, a economia política, e outras relações de dominação/subordinação. Reconhecendo isso, elas procuram corrigir estas subordinações dentro de seu próprio contexto cultural, e não através de algum entendimento universal das necessidades das mulheres (DUNNE, 2013).

2 FEMINISMO NEGRO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Há algumas décadas os estudos de histórias de vida e de grupos tornaram-se matéria importante para as ciências sociais por esboçarem as interações dos indivíduos, percebidos como sujeitos de ação social tecida a partir de uma rede de significados. Os cientistas sociais passam a visualizar os indivíduos como intérpretes de mapas e códigos socioculturais, fator que enfatizaria a dinamicidade da vida social e instituiria pontes entres os níveis micro e macro (cf. Velho, 2003 apud Britto, 2012). Como esclarece Silva (2000) lutar contra o isolamento dos “estudos da mulher” em núcleos e grupos temáticos específicos e colocar os estudos feministas em interrelação com as diversas áreas de conhecimento, tem sido uma das reivindicações do movimento feminista, num geral, desde a década de 60.

2.1 O Surgimento do Feminismo Negro

O movimento feminista negro foi marcado pela convergência e, por vezes, tensão, entre dois movimentos: a abolição da escravatura e o sufrágio feminino, localizados nos Estados Unidos. Como afirma Jabardo (2012) mesmo a mulher negra tendo uma presença relevante em ambos movimentos, a combinação de racismo e sexismo acabou excluindo-as dos dois movimentos, num dado momento posterior, onde estes se tornaram o Movimento Negro e o Movimento Feminista. Porém, isto não paralisou o impulso emancipador, pois as feministas negras desde o princípio souberam se posicionar diante seus interesses, e se mostraram fortes no estabelecimento de alianças. Primeiro com os homens de sua própria raça nas antigas comunidades escravagistas, depois com as mulheres brancas na luta pelo sufrágio feminino e, sobretudo, com todas as mulheres negras quando o racismo contaminou o movimento sufragista estadunidense e quando a emancipação incorporou as diferenças de gênero nas comunidades negras.

Apesar de ser controversa a participação das mulheres negras no interior do movimento feminista, esta pode ser sinalizada em diversos documentos. A declaração “The Combahee River Collective Statement: Black Feminist Organizing in the Seventies and Eighties”, 1977, escrita por um grupo de militantes que objetivavam chamar a atenção para as categorias de opressão, que neste caso são três: gênero,

raça e classe, vitimizando as mulheres negras, colocando-as numa posição subalterna.

Assim como no Movimento Feminista, a evolução do Feminismo Negro Estadunidense teve períodos distintos nas lutas. Deste modo, é importante ressaltar que toda a linha histórica deste movimento está relacionada com a luta das mulheres negras por liberdade e igualdade. O Feminismo Negro surgiu com o movimento abolicionista e culminou com o movimento Sufragista dos Estados Unidos. No início, as afro-americanas escravas e “livres” criaram numerosas estratégias e táticas para dismantelar a escravidão como uma instituição legal e resistir ao abuso sexual e racial de gênero (TAYLOR, 1998). Como detalha Shirley Yee (1992, p. 151 apud TAYLOR, 1998, p. 235)

between 1830 and 1860s, black women abolitionists had developed a collective feminist consciousness that reflected their particular experiences as black women as well as the aspects of sexism they shared with white women.

Durante o movimento abolicionista dos Estados Unidos, entre 1830 a 1865, a grande maioria das mulheres afro-americanas eram “propriedade” legal dos outros. As escravas constantemente sofriam abusos sexuais mesmo havendo recursos legais contra essa violência. Deborah Gray White (1985) documenta que “a escravidão feminina não é melhor ou pior, ou mais ou menos severa, que a escravidão masculina, mas era diferente” (WHITE, 1985, p. 89 apud TAYLOR, 1998, p. 236). Muitos autores afirmam que esse tipo de violência ocorria principalmente por causa das imagens estereotipadas que cercavam o *black womanhood*, ambas afro-americanas – livres e escravas – eram responsabilizadas por sua própria vitimização (TAYLOR, 1998).

A dicotomia Jezebel/Mammy era o que estereotipava a imagem da mulher negra naquele momento. O termo Jezebel está ligado à exploração sexual das mulheres negras, numa forma de miscigenação justificada; enquanto o termo Mammy se refere aos trabalhos domésticos que as mulheres negras realizavam em domicílios no Sul dos Estados Unidos (TAYLOR, 1998). Como as irmãs escravas, as mulheres negras livres não podiam escapar das consequências prejudiciais desses mitos, e como reformistas, elas se organizaram contra a opressão simultânea entre raça e gênero. Yee (1992) afirma que a consciência do coletivo feminista das abolicionistas afro-americanas floresceu porque elas lutaram por direitos iguais dentro do contexto do movimento negro abolicionista.

Após a passagem da Décima Terceira Emenda da Constituição dos Estados Unidos⁹, surgiu tensões entre as abolicionistas e as feministas sobre a questão do sufrágio. Feministas brancas que lutavam pelo sufrágio feminino temiam que os homens negros recebessem o sufrágio legal antes delas. Angela Davis (2004) expõe as palavras de Elizabeth Candy Stanton, uma das pioneiras do sufragismo norte-americano (Davis, 2004, p. 90 apud Jabardo, 2012, p. 30):

Quando el señor Downing me plantea la pregunta de si estoy dispuesta a que el hombre de color tenga derecho a votar antes que las mujeres, mi respuesta es no. No le entregaría mis derechos a um hombre degradado y oprimido que sería más despótico com el poder de gobernar de lo que jamás han sido nuestros gobernantes anglosajones. Si las mujeres todavia han de ser representadas por hombres, entonces mi opinión es que dejemos llevar las riendas del Estado sólo al modelo más elevado de masculinidade”.

Com a passagem da Décima Quinta Emenda¹⁰ da Constituição norte-americana, vemos um distinto movimento sufragista das mulheres que culminou nos anos de 1890 a 1920. Stanton escreveu várias cartas para Wendell Phillips, advogado abolicionista estadunidense, sobre a Décima Quinta emenda da Constituição norte-americana. Em uma delas Stanton dizia: “May I ask just one question based on the apparent opposition in which you place the negro and the women? My question is this: Do you believe the African race is composed entirely of males?” (DUBOIS, 1978, p. 60 apud TAYLOR, 1998). Fica evidente que Stanton só reconheceu a existência das mulheres negras como um esforço num último momento para manter a luta pelo sufragismo. De fato, ela pretendia manipular a *black womanhood* para atender à necessidade das mulheres brancas, porém isso ajudou a gerar o legado de “não-irmãs” entre mulheres brancas e negras.

Assim se apresentava o sufragismo feminino branco como o meio mais adequado para alcançar a supremacia racial. Deixando de lado aspectos como a solidariedade, a luta pelos direitos das mulheres ou a igualdade política, o incipiente movimento feminista foi transformado em um lugar absolutamente seguro da superioridade racial das pessoas brancas (JABARDO, 2012, p. 30). Rosalyn Terbog-Penn (1983, p. 262 apud TAYLOR, 1998, p. 237) indaga que “foi maravilhoso que as mulheres afro-americanas ousassem sonhar o sonho dos homens brancos – o direito

⁹ A Décima Terceira Emenda, ou *Thirteenth Amendment* em inglês, é a responsável por oficializar o término da instituição da escravidão, no dia 06 de dezembro de 1865. “*Neither slavery nor involuntary servitude, except as a punishment for crime whereof the party shall have been duly convicted, shall exist within the United States, or any place subject to their jurisdiction*”. Estas foram as palavras da Constituição que reconheceram o fim da escravidão.

¹⁰ A Décima Quinta Emenda, ou *Fifteenth Amendment*, garantia aos afro-americanos o direito de votar a partir de 30 de Março 1870.

de votar – especialmente no momento quando mulheres brancas tentavam excluí-las desse sonho”.

Penn (1983), também, narra a participação organizada de mulheres afro-americanas para o direito de voto, pois estas não desistiram do sufrágio. Ela coloca o ativismo de mulheres negras no contexto histórico de Jim Crow¹¹. As mulheres negras, a exemplo Ida Wells-Barnett e Mary Church Terrel, se organizaram em clubes de sufrágio e ligas de eleitores e participaram em comícios. As duas acreditavam que as mulheres negras precisavam mais do direito ao voto que as mulheres brancas, porque esse direito lhes permitiria proteger os seus direitos inalienáveis e melhorar suas escolas e as condições dos trabalhadores assalariados (TAYLOR, 1998).

Em 18 de agosto de 1920, a Décima Nona emenda é aprovada, esta garante a todas mulheres estadunidenses o direito a voto. As mulheres negras tentam então votar, mas são recebidas com hostilidade, não somente nas urnas, mas também na convenção do partido conhecido como National Women’s Party (NWP). No geral, as ativistas afro-americanas foram frequentemente abandonadas pelas sufragistas brancas. Mesmo assim, elas continuaram como participantes ativas nas maiores organizações de direitos civis, como a National Association of Colored Women (NACW) e a National Association for the Advancement of Colored People (NAACP), e também criaram novas organizações como a National Association of Wage Earners, fundada por Nannie Burroughs, para publicar as condições de trabalho da mulher negra. As afroamericanas também continuaram ajudando grupos de igrejas e as organizações de melhorias da comunidade de todos os tipos (TAYLOR, 1998).

A consciência coletiva feminista negra de mulheres afroamericanas evoluiu durante a segunda onda do Movimento Feminista. O início do desenvolvimento do Feminismo Negro estava conectado com o movimento abolicionista, o próximo passo que o feminismo negro dá está ligado ao movimento dos direitos civis modernos e à sua execução, durante a década de 1970. Como aponta Taylor (1998) apesar do fato de os mais celebrados líderes do movimento dos direitos civis modernos fossem homens, as mulheres afroamericanas participaram de cada etapa na luta por justiça e igualdade.

¹¹ As leis de Jim Crow foram leis estaduais e locais decretadas nos estados sulistas e limítrofes nos Estados Unidos, em vigor entre 1876 e 1965, e que afetaram afro-americanos e outros grupos. Essas medidas definiram que as escolas públicas e a maioria dos locais públicos (entre eles, trens e ônibus) apresentassem instalações diferentes para brancos e negro, estava institucionalizado o segregacionismo racial.

In 1955, JoAnn Robinson and the Women's Political Council organized the Montgomery Bus Boycott that catapulted Martin Luther King, Jr., into the leadership position of the nonviolent movement. Ella Baker, former field secretary for the NAACP and interim director for the Southern Christian Leadership Conference (SCLC), organized college students in 1960 into the Student Non-violent Coordinating Committee (SNCC). Under the guidance of Baker, SNCC activists ushered in the nonviolent, direct action phase of the movement in the 1960s. Students initiated sit-ins and freedom rides to expose racial segregation and the violence used by Whites to maintain separate and unequal facilities. (TAYLOR, 1998, p. 239)

A segregação nos Estados Unidos se intensificou e é por isso que as feministas afroamericanas dedicaram grande parte dos seus esforços para o desenvolvimento de uma comunidade inspirada pelo nacionalismo negro, baseada na crença de que os negros é um povo ou de uma "nação" com uma história e um destino comum. A ideia de que possuem interesses comuns e que devem apoiar-se mutuamente ajudou a criar tanto uma consciência feminista entre as mulheres negras como uma consciência negra que reuniu homens e mulheres. Durante as décadas de 50 e 60 diferentes mudanças sociais e culturais que levaram ao aparecimento na cena política de novos atores que transformaram a sociedade americana e, especificamente, ocorreram, a consciência política da população americana-africana (MIRANDA, 2016).

Em 1 de Dezembro de 1955, em Montgomery (Alabama), uma mulher negra chamada Rosa Parks se recusou a obedecer ao motorista de um ônibus público que queria forçá-la a ceder seu assento a uma pessoa branca. Este evento, fez com que ela fosse para prisão, provocando uma onda de protestos que reverberou em todo o país. Em todas as vezes, que ocorria um movimento pacífico; centenas de pessoas se juntavam as marchas de protesto para exigir direitos iguais para todas as pessoas (MIRANDA, 2016). Em 1964, a Lei dos Direitos Civis, não terminou com o racismo e nem com a discriminação, mas criou uma ferramenta importante de combate aprovada pelo parlamento. Desta forma, os maiores esforços das ativistas negras, foram focados no aumento da participação e representação política da população negra, ou seja, no registro de eleitores no Sul e a busca por um espaço no estado organizações do Partido Democrata no Sul (*ibidem*).

As mulheres negras fracassaram na tentativa de integrar a delegação do Estado de Mississippi, assim os jovens ativistas negros, inclinaram-se cada vez mais, para a ideia suscitada inicialmente, o nacionalismo negro. Assim, em 1966, criou-se o Partido das Panteras Negras, em Oakland, Califórnia, comandado por Huey Newton

e Bobby Seale. Este partido objetivava a formação de patrulhas armadas para monitorar o comportamento dos policiais e desafiar a brutalidade policial. Enquanto a maioria das representações do partido se concentravam em seus líderes masculinos para final dos anos 60, as mulheres negras já representavam mais de dois terços do mesmo; no início dos anos 70, Newton começou a incorporar demandas de igualdade de gênero e sexual como parte da plataforma do partido. Os Panteras Negras ajudaram o governo e a sociedade civil a perceberem a urgência de tomarem medidas para conter o dano que tinham causado a população negra desde os tempos coloniais (MIRANDA, 2016).

O legado mais significativo do Movimento pelos Direitos Civis são as leis e programas de ação afirmativa, que findaram a base jurídica da segregação racial e da exclusão política. Isso significou um grande avanço: criou-se uma classe média negra, aumento na participação de negros e negras em cargos eletivos e abrindo grandes oportunidades de educação e emprego para milhões de pessoas. No entanto, apesar das conquistas legais e institucionais, a violência se espalhou através dos guetos das grandes cidades, especialmente após a morte de Martin Luther King (1968), considerando também, que as estruturas de liderança e autodefesa da comunidade negra estavam enfraquecidas (MIRANDA, 2016). Porém, o trabalho de feministas negras dos anos 70, no âmbito dos Estudos Negros (*Black Studies*) se orientou para a luta do reconhecimento de sua identidade, lutando contra as representações das mulheres negras nos discursos dominantes. As feministas negras mergulharam no tempo da escravidão e fizeram emergir a relação irmão/irmã e a matriarca, sendo este significado fundamental para a luta e sobrevivência emocional da comunidade negra (ibidem).

2.2 Teoria Feminista Negra

A evolução histórica do feminismo negro nos Estados Unidos não só se desenvolveu a partir do engajamento antagônico e dialético das mulheres negras com as mulheres brancas, mas também por causa da sua necessidade de melhorar as condições para a capacitação em seus próprios termos (TAYLOR, 1998). Desde o surgimento do feminismo pós-moderno o que se tem traduzido como teoria da

interseccionalidade é a base genealógica do feminismo negro afroamericano, com início no discurso “E eu não sou uma mulher?” de Sojourner Truth em 1852 e, em seguida, a explosão de textos de mulheres negras na década de 1890.

Esse foi, então, o discurso precursor do movimento feminista negro ao final do século XIX.

Aquele homem ali diz que é preciso ajudar as mulheres a subir numa carruagem, é preciso carregar elas quando atravessam um lamaçal e elas devem ocupar sempre os melhores lugares. Nunca ninguém me ajuda a subir numa carruagem, a passar por cima da lama ou me cede o melhor lugar! E não sou uma mulher? Olhem para mim! Olhem para meu braço! Eu capinei, eu plantei, juntei palha nos celeiros e homem nenhum conseguiu me superar! E não sou uma mulher? Eu consegui trabalhar e comer tanto quanto um homem - quando tinha o que comer - e também agüentei as chicotadas! E não sou uma mulher? Pari cinco filhos e a maioria deles foi vendida como escravos. Quando manifestei minha dor de mãe, ninguém, a não ser Jesus, me ouviu! E não sou uma mulher? (TRUTH, 1851).¹²

Sojourner Truth, ex-escrava, iletrada é considerada uma das “mães fundadoras” do feminismo negro, esse discurso é visto como texto fundacional do movimento (JABARDO, 2012), pois é possível encontrar algumas das características que permitem entender o caráter contra hegemônico que o feminismo negro possui. Truth tem a força de quem a partir de posições subalternas é capaz de reconhecer na imagem de negação uma estratégia de poder dos grupos dominantes (JABARDO, 2013). Como aponta Davis (1991 apud JABARDO, 2008), Truth desconstrói a categoria “universal” de mulher – uma categoria que parte da negação – reivindicando uma ressignificação da identidade como mulher. Como é notado no discurso o sistema hegemônico constrói a identidade das mulheres negras como “não-mulheres”.

Como comenta Jabardo

La intersección de la “raza” con el género, que desde el sistema hegemónico construye a las mujeres negras como no-mujeres, re-aparece en el discurso de Sojourner em términos inclusivos. Detrás de su “¿Acaso no soy una mujer?” detrás de las luchas de otras ex esclavas como Harriet Jacobs, aparece um anhelo que pugna por re-significar el término mujer. Su aspiración era ser libres, no sólo de la opresión racista, sino también de la dominación sexista (JABARDO, 2012, p. 29).

¹² Esse discurso foi proferido como uma intervenção na Women’s Rights Convention em Akron, Ohio, Estados Unidos, em 1851. Em uma reunião de clérigos onde se discutiam os direitos da mulher, Sojourner levantou-se para falar após ouvir de pastores presentes que mulheres não deveriam ter os mesmos direitos que os homens, porque seriam frágeis, intelectualmente débeis, porque Jesus foi um homem e não uma mulher e porque, por fim, a primeira mulher fora uma pecadora. A versão mais conhecida foi recolhida pela abolicionista e feminista branca Frances Gage e publicada em 1863, essa é a versão traduzida aqui a partir de diversas fontes online.

Além dela, a recuperada¹³ “socióloga” afroamericana Ida Wells-Barnett foi a pioneira acadêmica da construção do feminismo negro. Ida Wells, era uma renomada intelectual, jornalista e ativista negra, além de uma das fundadoras do Primeiro clube de Mulheres Negras. Wells orientou suas energias para a luta contra os linchamentos sistemáticos a que foram submetidos a população negra. Wells introduziu um dos temas centrais ao feminismo negro: a forma como a interseção entre raça e gênero constrói de forma desigual a sexualidade da população branca e da população negra. Fez isso expondo os mecanismos através dos quais se demonizam as relações raciais entre homens negros e mulheres brancas – utilizando o termo violação para qualquer tipo de contato ou aproximação entre eles – e a forma em que se naturaliza qualquer forma de agressão sexual (violação, de fato) de homens brancos a mulheres negras (JABARDO, 2012).

Retomando, então, o que Davis (2012, p. 32) afirma:

O histórico laço que une as mulheres negras – as quais tem sofrido sistematicamente o abuso e a violação dos homens brancos – com os homens negros – que têm sido mutilados e assassinados por causa da manipulação racista da acusação de violação – apenas tem começado a ser reconhecido a um nível significativo. Geralmente, sempre que as mulheres negras tem enfrentada a violação, tem exposto, ao mesmo tempo, as montagens que jogam a carga de estuprador como arma letal do racismo contra homens de sua comunidade.

Os primeiros textos sobre a teoria feminista negra vieram à tona nos Estados Unidos, quando se configurava o que é denominado como a “Segunda Onda do Feminismo”, na década de oitenta. Enquanto Simone de Beauvoir desenvolve o feminismo moderno em sua afirmação de “Não se nasce mulher, torna-se”, bell hooks retoma a pergunta de Truth “E eu não sou uma mulher?”, na década de oitenta, respondendo de forma irônica as teorias feministas de gênero que surgiam com as teses de Simone de Beauvoir, estas que contribuíram para compreender que a identidade coletiva e pessoal é reconstruída socialmente de maneira precária e constante (JABARDO, 2012). bell hooks¹⁴, feminista e ativista, utiliza as suas experiências de vida (vizinhança, escola, família) como fontes dos seus primeiros estudos sobre raça, classe e gênero, sempre observando nesses três elementos, quais são os fatores da perpetuação dos sistemas de opressão e dominação. Seja de

¹³ Utiliza-se o termo “recuperada” pois essa escritora não foi visibilizada até a partir do movimento negro que os intelectuais afroamericanas/os fizeram nos anos sessenta. Como aponta Collins (2000:5) “ a exclusão histórica significa que as imagens estereotipadas das mulheres negras permeiam a cultura popular e a política pública”.

¹⁴ bell hooks (em minúsculas) é o pseudônimo de Gloria Jean Watkins. hooks utiliza esse nome como homenagem à sua avó.

brancos contra negros; de homens (mesmo negros) contra mulheres; de ricos contra pobres.

Quando hooks em sua obra *“Ain’t I a Woman?: Black Women and Feminism”* (1981) retoma a afirmação de Simone de Beauvoir é a criação de uma nova epistemologia. Como afirma Jabardo (2012) a partir do feminismo negro a identidade da mulher é simultaneamente reclamada e reconstruída. Pois frente aos exercícios construtivistas do feminismo hegemônico, o feminismo negro parte de uma não categoria (não-mulher), pois esta categorização funciona como estratégias de hegemonia, já que os subalternos são silenciados pela dominação e opressão. Para serem ouvidas, então, a única estratégia possível dentro da categorização de não-mulher é o exercício de desconstrução. Ou seja, adquirir ferramentas adequadas para destruir as amarras que negam as mulheres negras a categoria de mulher, para assim, poder repensar-se e reconstruir-se a partir de quaisquer outras categorias. Como salienta Jabardo (2012) citando Audre Lorde, essas ferramentas, porém, não podem ser as ferramentas do amo¹⁵, pois “las herramientas del amo nunca desmontan la casa de almo. Quizá nos permitan obtener una victoria pasajera siguiendo sus reglas del juego, pero nunca nos valdrán para efectuar um auténtico cambio” (Jabardo, 2012, p. 33). Desta forma, as mulheres negras para deixarem de ser constituídas como objetos e pensarem como sujeitos, tomaram a palavra, recuperaram a voz e geraram um novo discurso. Considerando a construção de um novo discurso, a obra de Patricia Hill Collins *“Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness and the Politics of Empowerment”*, de 1990 tem um grande protagonismo.

Patricia Hill Collins desenvolve um trabalho que diz respeito principalmente as questões que envolvem o feminismo e o gênero dentro da comunidade afroamericana. O livro citado recebe grande notoriedade por alguns motivos. Segundo Jabardo (2012) o pensamento que Patricia Hill Collins desenvolve traz contribuições para o campo da epistemologia que a escritora apresenta como uma terceira via, em relação as ideologias científicas da objetividade e dos relativismos. Neste caso ela oferece uma epistemologia alternativa que sustenta uma conexão entre conhecimento, consciência e políticas de empoderamento.

¹⁵ Com a colonização, a sociedade havia adotado um sistema de castas no qual dividia as pessoas em amo e escravos. Dessa forma, o homem branco e rico se categorizava como amo e os negros estavam na categoria de escravos.

Em resumo, a abordagem de Collins nesse livro que sistematiza o pensamento feminista negro é considerado que o conhecimento é criado dialogicamente, na medida em que é construído a partir da experiência de vida e não sob uma posição teoricamente "objetiva". Desta forma, a autora é central e está presente no texto. Na epistemologia feminista negra, a história é contada e preservada em forma de narrativa e não a partir de uma posição analítica. Desta maneira, o centro da produção do conhecimento é a questão ética, pois reconhece que todo o conhecimento é carregado de valor. A forma de produzir conhecimento sobre grupos subjugados ocorre em um sistema de conhecimento pré-existente onde todas as informações encontram a sua existência e "verdade", e onde sua própria forma de produzir conhecimento "cria" verdade. Por isso existe uma carga de maior responsabilidade moral sobre si mesmo. Já, considerando o plano teórico, surge a redefinição dos conceitos de opressão em termos de interseccionalidade, incorporando o que Collins denomina como "matriz de dominação":

the overall organization of hierarchical power relations for any society. Any specific matrix of domination has (1) a particular arrangement of intersecting systems of oppression, e.g., race, social class, gender, sexuality, citizenship status, ethnicity and age; and (2) a particular organization of its domains of power, e.g., structural, disciplinary, hegemonic, and interpersonal (COLLINS, 2000, p. 299)

Assim a intersecção de vetores de opressão e de privilégio criam variações tanto na forma como na intensidade em que as pessoas experimentam a opressão. Adota, também, a "teoria do ponto de vista" para poder caracterizar as bases do pensamento feminista negro sobre sua própria opressão (JABARDO, 2013). Como afirma Jabardo (2012), isso gera uma tensão entre as mudanças coletivas e as experiências individuais que Collins resolve a partir de um "duplo posicionamento": nega a possibilidade de um ponto de vista homogêneo e eleva uma conformidade de um ponto de vista coletivo. Collins (2000) também evidencia a articulação entre conhecimento e empoderamento, no caso das mulheres negras, estas criam espaços sociais para que possam falar abertamente, estes espaços são importantes pois criam oportunidade para a auto identificação, sendo este o primeiro passo para o empoderamento. Dessa maneira, a autora identifica três destes espaços: a) a relação das mulheres negras entre si; b) a tradição das cantoras de Blues; e c) as teóricas afroamericanas. "Si un grupo no se define a si mismo, entonces será definido por y em beneficio de otros" (JABARDO, 2012, p. 37). E, Patricia Hill Collins, ainda situa a

luta pela auto identificação das mulheres negras, tanto em um coletivo de luta como um diálogo entre ação e pensamento. Como afirma Collins “mudar o pensamento pode alterar condutas e as condutas alteradas podem produzir mudanças de pensamentos” (JABARDO, 2012, p. 37).

2.2 Feminismo Negro no Brasil

No Brasil as mulheres negras não estão em situação tão diferente daquelas do hemisfério norte. Houveram conquistas desde o início do movimento aos dias atuais, mas, no imaginário social, como cita Silva (2000) “ainda estão atreladas a imagens e papéis sociais que as aprisionam e limitam seu crescimento enquanto pessoa humana, sujeita a direito e deveres, a uma cidadania”. Nesse momento as mulheres negras partem para uma redefinição de seus papéis, carregando consigo todo aprendizado obtido durante sua história.

Como aponta Rodrigues et al (2010) mesmo que as lutas negras remetam ao Brasil colônia, a intensificação, institucionalização e massificação desses processos se verificam a partir de meados do século XIX, pois a partir desse momento o escravagismo perde força e legitimidade, sendo necessário que o país se alinha a um novo tipo de formação hegemônica instaurada no ocidente a partir da Revolução Francesa, dando espaço para a emergência de novos antagonismos. Tais antagonismo, de acordo com Mouffe (1988, p. 92 apud Rodrigues et al, 2000), afloram num “contexto de dissolução de todas as relações baseada na hierarquia e isto, é claro, está ligado ao desenvolvimento do capitalismo que destrói todas essas relações e as substitui por relações de mercadorização (commodity)”. Desse modo, mesmo existindo lutas contra racismo e sexismo antes do capitalismo, essas lutas puderam se desenvolver plenamente em resposta a essa nova formação hegemônica.

Marcados pela Ditadura Militar, o Movimento Feminista e o Movimento Negro ressurgem nos anos 70, pautando lutas pela redemocratização, extinção das desigualdades sociais e em busca de cidadania. Como afirma Rodrigues et al (2010)

pode-se apresentar o ano de 1975¹⁶ como marco do reaparecimento de organizações feministas. Como reação à discriminação sofrida por quatro atletas negros no Clube Tietê, e à morte de um trabalhador negro, Robson Silveira da Luz, devido a tortura de policias, é criado em 1978 o Movimento Negro Unificado (MNU)¹⁷, em São Paulo. O MNU tendo como primeiro ato público a reivindicação de melhores condições de vida, denúncia do racismo e das dificuldades encontradas pelos negros no acesso ao mercado de trabalho, a violência policial e o desemprego, que ocorreu em 7 de julho de 1978 em frente ao Teatro Municipal em São Paulo (SILVA, 1988; SINGER, 1981 apud RODRIGUES ET AL, 2010).

Mas segundo a crítica de algumas¹⁸ militantes, em ambos movimentos as mulheres negras foram consideradas como apenas “sujeitos implícitos”. Estes movimentos institucionalizaram-se, apertando uma ideia de igualdade: entre as mulheres a questão racial não é fundamental; e entre os negros as diferenças entre homens e mulheres são desconsideradas (Bairros, 2003). Ao questionarem os papéis/representações que lhes são impostas, as mulheres negras pleiteavam mudanças no plano político, social, simbólico e ideológico. Alternaram sua atuação entre os movimentos negro e feminista, embora, sua presença seja mais sensível no primeiro (Silva, 2000).

Desnecessário dizer que o Movimento Negro não deixava (e nem deixou ainda) de reproduzir certas práticas originárias da ideologia dominante, sobretudo no que diz respeito ao sexismo, como já dissemos. Todavia, como nós, mulheres e homens negros, nos conhecemos muito bem, nossas relações, apesar de todos os “pegas”, desenvolvem-se num plano mais igualitário cujas raízes, como dissemos acima, provêm de um mesmo solo: a experiência histórico cultural comum. (GONZALES, 1991, p. 179-180)

Num primeiro momento, então, as mulheres negras se identificam mais com o movimento negro. Porém, com discussões constantes com seus companheiros militantes e até mesmo, não militantes fez com que se interessassem pelas questões de gênero, ou melhor, por militar dentro do movimento feminista. Tanto dentro das associações sindicais, como nos partidos políticos ou nas próprias entidades do movimento negro, as mulheres negras começam a buscar respostas mais completas

¹⁶ Nesse ano a ONU propõe o início da Década da Mulher, havendo também muitas comemorações públicas em torno do Dia Internacional da Mulher. Esses fatos contribuíram para o reaparecimento de organizações feministas nos principais centros urbanos brasileiros.

¹⁷ De fato o MNU primeiro surgiu com o nome de Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUCDR), em uma assembleia ocorrida em São Paulo, mas contando com a participação de 25 entidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e moções de apoio vindas de Pernambuco, Sergipe, Alagoas e Bahia.

¹⁸ BAIROS, 1995; CARNEIRO, 2003; RIBEIRO, 1995

à compreensão da situação de opressão que vivem. Primeiro passo para desencadear um processo de conscientização e mudança (Silva, 2000).

Certas que outros mecanismos contribuía para a sua situação de opressão, as mulheres negras começaram a denunciar que vivenciam formas de discriminações intra e extramuros de suas próprias entidades. Como afirma Silva (2000, p. 7)

Denunciaram o sexismo no interior do movimento negro, cobram de seus companheiros uma participação igualitária na tomada de decisões e na ocupação de postos de liderança, até então, implicitamente, vetados a elas. Começam a reivindicar a inclusão nas pautas de discussões de temas que atingem diretamente a condição de ser mulher negra. Os companheiros negros, utilizando-se dos mesmos argumentos da esquerda tradicional, que prioriza a luta de classe em detrimento das questões raciais e de gênero, alegam que a introdução dessas discussões enfraquecem a reivindicação maior: o combate ao racismo, pois sabem que ao levar essas discussões para o cerne do movimento, passaria pelo questionamento de seus próprios comportamentos em relação às mulheres negras, militantes ou não. E nesse ponto, eles, engajados na luta contra o racismo, acabam por reproduzir uma face do mesmo sistema de opressão contra o qual lutam e que são também vítimas.

Bairros (1998) observa que nesse momento há a identificação do distanciamento do discurso proferido no movimento negro, que geralmente exalta a mulher negro, porém em sua prática, confina a mulher militante ao trefismo, à ausência de representatividade nas instâncias de direção do movimento negro. Se instalando uma disputa silenciosa, onde o homem negro enxerga a mulher negra como sua concorrente, dentro de um espaço que ele considerava seguro de qualquer obstáculo.

Rodrigues et al (2010, p. 449) considera que esses movimentos acabaram produzindo formas de opressão internas, “na medida em que silenciaram diante de formas de opressão que articulassem o racismo e sexismo, posicionando as mulheres negras em uma situação bastante desfavorável”. A suposta igualdade existente nesses movimentos levou as mulheres negras a batalharem por suas especificidades, gerando conflitos e rupturas nas formas iniciais em que tais movimentos se apresentavam nas décadas de 70 e 80. Essa invisibilização da categoria “raça” no movimento feminista e da categoria “sexista” no movimento negro, fez com que as mulheres negras militantes de tais organizações questionassem essas práticas excludentes. Segundo Carneiro (2003), as mulheres negras tiveram que “enegrecer” a agenda feminista e “sexualizar” a agenda do movimento negro, promovendo, então, uma diversificação das concepções e práticas em uma dupla perspectiva, tanto no

reconhecimento das diferenças e desigualdades entre esses novos sujeitos quanto afirmando novos sujeitos políticos.

A dificuldade que as mulheres negras encontram para exercerem seu espaço de fala tratando sobre suas especificidades, em nenhum momento, as inibem. Ao contrário, mostra que esta discussão se faz necessária para que se possa integrar a luta contra a opressão de gênero, raça e classe de forma ativa e com plataforma política bem definida. Nesse ponto que se interessam pelos Movimento Feminista, mas não se sentem contempladas nele também, faz brotar as primeiras iniciativas de organização, do que é comumente chamado de Movimento das Mulheres Negras (MMN) no Brasil (Silva, 2000).

A organização do MMN tem seu pontapé inicial num encontro transnacional em Bertioga, São Paulo, 1985, onde se realizava o III Encontro Feminista Latino-americano e do Caribe (EFLAC). Participaram 850 mulheres, formalmente inscritas, sendo que 116 mulheres se declararam negras e mestiças. A temática central era: Feminismo e Racismo. Houve um desentendimento sobre o direito ou não de participação no encontro, de mulheres que não haviam feito anteriormente as suas inscrições, isso provocou uma acirrada discussão entre diversos grupos que assistiam ao seminário. Este fato contribuiu ainda mais para a necessidade de se pensar melhor sobre uma organização onde as especificidades das mulheres negras fossem tratadas de forma prioritária. Mesmo ocorrendo este contratempo, houve saldo positivo deste encontro. Primeiro, dá-se ao fato de que as mulheres negras se interessaram nas questões de gênero e brigar, literalmente, para ter o direito de participar do encontro; e, segundo, dá-se ao reconhecimento, demonstrado na própria agenda da interrelação das questões de sexismo e racismo. Humm (1992, p. 122, apud Silva, 2000) afirma que “race cannot be added to other aspects of social institutions as an additional variable, for black feminist argue that race, class and gender are interlocking systems of oppression not additive systems”.

O que ocorreu dentro do movimento feminista, não foi tão diferente do que ocorreu no movimento negro. A partir do momento em que as mulheres negras começaram a fazer suas colocações e trazer para o debate sua linguagem, códigos, comportamentos, formas de ver, pensar e agir, sempre partindo de suas experiências cotidianas, há o choque entre os movimentos. As feministas, assim como os homens

negros, também são formadas em desconhecer as desigualdades raciais. Como salienta Bairros (1998, p. 04)

Elas (feministas brancas) são formadas para pensar o Brasil como uma democracia racial. E aí, contraditoriamente, ainda que o movimento feminista consiga perceber em que nível a diferença de sexo é utilizada na reprodução das desigualdades, não consegue perceber como as diferenças raciais são trabalhadas na perspectiva da recriação constante dos mecanismos de discriminação racial, dos quais as feministas também tem sido instrumentos.

Para Carneiro (2003), a trajetória das mulheres negras no interior do movimento feminista nacional revelando a insuficiência prático-teórica e política do feminismo para integrar as diferentes expressões de sociedade multirraciais e pluriculturais é que se pode entender como o princípio de “enegrecer o feminismo”. A questão de gênero das mulheres negras e indígenas possui demandas que não podem ser tratadas exclusivamente por apenas uma categoria, pois é necessário que levem em consideração todas as suas especificidades. Desta forma, entende-se porque o combate ao racismo é prioritário para as mulheres negras, na medida em que o racismo produziu gêneros inferiorizados no tocante aos homens negros, e às mulheres negras em relação a mulher branca (Rodrigues et al, 2010).

Em 1987, realiza-se em Garanhuns, Pernambuco, o IX Encontro Nacional Feminista, e, outras vez as mulheres negras presentes não se vêem contempladas, denunciando a ausência de discussões atreladas à questão racial. Assim, as mulheres negras se fecham na posição de que o Movimento Feminista é orientado por uma definição elitista, exclusivista, opressora e autoritário de mulher (Silvia, 2010). O diálogo se torna inviável e as mulheres negras já se articulam para realizar o I Encontro Nacional de Mulheres Negras. Esse então é o divisor de águas.

Nossas experiências com o Movimento de Mulheres caracterizam-se como bastante contraditórias: em nossas participações em seus encontros ou congresso, muitas vezes éramos consideradas “agressivas ou não femininas” porque sempre insistimos que o racismo e suas práticas devem ser levados em contas nas lutas feministas, exatamente porque, como o sexismo, constituem formas estruturas de opressão e exploração em sociedade como a nossa. (GONZALES, 1991, p.79 apud Silvia, 2010).

Em 1985, inicia-se a produção nacional sobre mulheres negras, Sueli Carneiro e Thereza Santos publicam o artigo Mulher Negra apontando dados sobre a situação da mulher negra no Brasil. As duas autoras frisavam o que testemunhavam no período em que fazem essa análise, o forte imbricamento na militância.

Ao situar-se na intersecção do Movimento Negro e do Movimento Feminista, exprime a identidade como a problemática decorrente do racismo e discriminação racial e ainda, com as questões colocadas pelo sexismo.

Porém, tais identidades não se mostram suficiente, tanto para erradicação do machismo na população negra como para supressão do racismo enquanto ideologia introjetada na população branca em geral, e feminina em particular. Disto tem resultado o surgimento de departamentos femininos nas diversas entidades negras, ou a emergência de entidade femininas negras em diversos Estados do país em função da dificuldade, tanto do Movimento Negro quanto do Movimento Feminista, em absorver, de maneira efetiva, a problemática específica da mulher negra. (CARNEIRO e SANTOS, 1985, p. 30)

Em 1988, em Valença, Rio de Janeiro, contando com 450 participantes que “representavam” 17 Estados, ocorreu o I Encontro Nacional de Mulheres Negras (IENMN), consolidando, então, o Movimento de Mulheres Negras. Nesse encontro “já se evidenciava a necessidade de uma definição de um projeto político de atuação e da identificação das várias concepções e formas de trabalho com mulheres negras ou por estas realizadas, existentes no âmbito dos movimentos sociais, especificamente o movimento negro e o movimento de mulheres”¹⁹. Os objetivos gerais, segundo Silvia (2000) eram denúncias das desigualdade sexuais, sociais e raciais existentes; emergência de diversas formas locais de luta e autodeterminação face às formas de discriminação existentes; elaboração de um documento que servisse para uma política alternativa de desenvolvimento; encaminhamento de uma perspectiva unitária de luta dentro da diversidade social, cultural e política das mulheres presentes neste Encontro; estabelecer grupos de trabalho para registro e posterior retorno às participantes; realização de um diagnóstico da mulher negra; discussão de formas de organização das mulheres negras; elaboração de propostas políticas que façam avançar a organização das mulheres negras, colocando para o mundo a existência do Movimento de Mulheres Negras no Brasil, de forma unitária e diferentes vertentes políticas.

O II Encontro Nacional de Mulheres Negras ocorre em Salvador, Bahia, em 1991, com um público de 430 participantes, envolvendo 17 estados brasileiros. Segundo o Relatório Final do Encontro, a concepção política que marca o evento é o reconhecimento de que a sociedade brasileira é plural, racista e machista. Indica que todas as mulheres negras, são fruto desta estrutura social e educacional que as conduz a práticas e ações às vezes determinada por essa formação inicial. Logo, a organização de mulheres negras não está isenta destas interferências. Por isso, não constituem um grupo unitário tanto no nível de concepção política, quanto de

¹⁹ Mulher Negra: organização, estratégias e perspectivas. Relatório final do II Encontro Nacional de Mulheres. Salvador, BA, 1991, p. 03.

metodologias de trabalho. Como observa Silvia (2000) os objetivos são bem próximos daqueles que foram buscados no I Encontro, apontando a necessidade de uma militância ativa. O II Encontro foi realizado de formas bastante desfavoráveis, pois neste momento o Movimento das Mulheres Negras passava por uma crise: desproporcionalidade das participantes em relação aos Estados, as lutas internas, a falta de diretrizes estabelecidas dentro de uma prática democrática melhor definida, a escassez de recursos mínimos para as entidades, ou seja, uma série de fatores apontavam para uma necessidade de reavaliar o próprio movimento no sentido de garantir uma maior mobilização e participação das mulheres negras de todo o país, o III Encontro só seria realizado caso esses problemas fossem resolvidos.

O movimento passa por um momento de reflexão. O fato mais importante dentre essas discussões é a constatação de que o estado de opressão da mulher negra não pode ser tratado por um único viés, mas articulado às questões de gênero, raça e classe. Assim, o discurso brasileiro afina-se ainda mais com o discurso afroamericano que há muito reivindicava esse intercruzamento (Silvia, 2000). O MMN avaliou que era preciso orientar suas bases e diretrizes antes de realizar o III Encontro, disso discorreu uma série de reuniões e encontros com objetivos mais específicos de conseguir mobilizar um número maior de entidades e mulheres negras a engajarem-se no Movimento, reformulando a sua própria práxis. Em abril de 1993, foi realizada a Reunião de Brasília, convocada com o objetivo de “encaminhar minimamente a principal resolução do II ENMN: a realização do III ENMN”. O Seminário Nacional de Políticas Públicas e Direitos Reprodutivos das Mulheres Negras, acontece também em 1993, em Itapeverica da Serra, São Paulo, de 20 a 22 de agosto, com um total de 55 participantes, 14 estados. Ainda em 1993, no período de 12 a 15 de novembro, realiza-se o I Seminário Nacional de Mulheres Negras, em Atibaia, São Paulo, contando com a participação de 48 mulheres, advindas de 9 estados (*ibidem*).

Com o objetivo de avançar na organização nacional das mulheres negras para conseguir vencer essas adversidades, além de discutir a Conferência Mundial sobre a Mulher (Beijing, 1995), realiza-se o II Seminário Nacional de Mulher Negra em Salvador, Bahia, no período de 09 a 11 de setembro de 1994, contando com a participação de somente 67 mulheres. De Beijing, 1995, as mulheres retornam da IV Conferência Mundial sobre a Mulher, animadas com a visibilidade que conseguiram emprestar à questão racial negra, envolvendo, inclusive, outros grupos, como as

feministas brancas. A intervenção das mulheres negras nessa conferência, possibilitou ampliar a discussão sobre a questão racial em nível mundial. Explicitou-se que o racismo se manifesta com mais ou menos intensidade em todas as sociedades, hierarquizando as relações entre raças, privilegiando a raça branca em detrimento das demais. Enquanto ocorriam os encontros nacionais, paralelamente a estes, outros encontros internacionais são realizados, como o II Encontro da Rede de Mulheres Afro-caribenhas e Afro-latinas (Silvia, 2000).

Em 1997, acontece a I Reunião Nacional de Mulheres Negras, em Campinas, no período de 19 a 20 de abril comparecendo 58 mulheres de 13 estados. Em setembro do mesmo ano, é convocada a II Reunião Nacional de Mulheres Negras, em Belo Horizonte, Minas Gerais, comparecendo 69 mulheres, advindas de 10 Estados e o Distrito Federal. Como pontua Silvia (2000) a I Reunião elegeu três mulheres (Distrito Federal, Bahia e Rio de Janeiro) como representantes brasileiras para a Rede de Mulheres Afro-caribenhas e Afro-latinas; já a II Reunião elegeram três representantes (Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Rio Grande do Norte). Essa representação criada passa a ser denominada “Comitê Nacional Sub-regional Brasil da Rede Afrolatina-americana e Afro-caribenha de Mulheres”. O III Encontro Nacional, ocorreu em 2001, em Belo Horizonte, Minas Gerais. O eixo do encontro foi “Mulheres negras brasileira, suas perspectivas de gêneros e definições para a luta antirracista no 3º milênio. A proposta aprovada sugere, dentre outros pontos, que a concepção deve ser “plural, democrática e horizontalizada”. O encontro teve um caráter feminista e antirracista, de socialização de informações, trocas de experiências, definição de uma agenda de atuação e de confraternização.

De acordo com Sandoval (2001) esse processo pelo qual as mulheres negras vão construindo as bases de um novo movimento social, com características e reivindicações próprias, pode ser entendido como um momento de passagem para uma conscientização política, assim como ocorreu com o Movimento Feminista Negro Estadunidense. Rodrigo et al (2010) observa que Bertioga e o que veio a seguir configura um “momento histórico” do movimento de mulheres negras, em que elas passam a se definir com uma identidade coletiva própria (NÓS), construída pelo modo como o raça, gênero e classe operam em suas vidas, em relação a um ELES (mulheres brancas e homens negros) que viam no Movimento das Mulheres Negras uma divisão que visava o particularismo. Contra tal argumento, Ribeiro (1995) afirma

que as mulheres negras acenam com o fato de que não queriam mais estar submetidas e subordinadas às pautas “gerais” seja do movimento negro ou do feminista, mas almejavam e necessitavam criar novas referências, para que se tornassem porta-voz das próprias histórias e ideias, entrando lado a lado dos homens negros e mulheres brancas em posição de igualdade na luta contra a opressão.

3 SOCIEDADE CIVIL GLOBAL E O FEMINISMO NEGRO

Na segunda metade do século XX, as ciências sociais iniciaram um período de reflexão sobre os princípios epistemológicos, ontológicos e metodológicos nos quais se calcavam as predominantes concepções positivistas, empiricistas e quantitativas. A “crise das ciências sociais” alastrou-se nos mais diversos campos, entre as Relações Internacionais e a Ciência Política (KELLNER, 1990 apud LAGE, 2012). Observado por Lage (2012), quando se trata das Relações Internacionais, nota-se que, desde as décadas de 1970 e, especialmente, 1980, essas reflexões provocaram continuamente um impacto em toda produção de conhecimento. Havendo a difusão de temas como os da globalização, da governança global, da sociedade civil global; e de teorias denominadas “críticas”, “pós-positivistas” e “pós-modernas”.

Para este estudo, o foco será sociedade civil global²⁰. Como dito por Cohen (2003, p. 419) “o discurso da sociedade civil *globalizou-se*” sendo este, um conceito muito difundido. Atualmente é utilizado por políticos, acadêmicos e, principalmente, ativistas ao redor do mundo. Aliás, a ideia de sociedade civil transnacional ou mundial se tornou umas das maiores contribuições do século XXI ao debate deste conceito. “Sociedade civil” é invocada para tudo, designa deste empreendimentos cívicos, associações voluntárias e organizações sem fins lucrativos até redes mundiais e organizações não-governamentais, grupos de defesa dos direitos humanos e movimentos sociais transnacionais. E como no passado até os dias atuais, o discurso sobre esse conceito trata-o como um elemento necessário para a democracia e o processo de democratização e como a fonte principal de solidariedade e da integração social (COHEN, 2003).

Autores europeus do século XX²¹ acrescentaram três componentes fundamentais ao entendimento de sociedade civil. O primeiro foi a ênfase na dimensão cultural e simbólica da sociedade civil. Esta concepção foi salientada por Gramsci (1971), que ao configurar a sociedade civil como um campo simbólico, e ao mesmo

²⁰ Utilizo o termo “global” tendo em vista a premissa de analogia doméstica, esta é tomada convencionalmente como fundamento da separação entre o interno e o internacional, de maneira que as anárquicas relações internacionais fossem conceitualizadas em sua condição de oposição frontal à hierárquica política doméstica. Assim, quando se fala em “global”, há a precaução de não entendê-lo em oposição ao “local” ou como sintoma da destruição do espaço interestatal e dos agentes estatais.

²¹ GRAMSCI, 1971; ANDERSON, 1977; COHEN E ARATO, 1992; TOURRAINE, 1981; MELUCCI, 1985; HABERMAS, 1989; CALHOUN, 1992.

tempo, como um conjunto de instituições e práticas que são o lugar da formação de valores, normas de ação, significados e identidades coletivas; expôs que a dimensão cultural da sociedade civil é um lócus de contestação social. As associações e redes existentes constituem uma arena de luta onde são formadas alianças, identidades coletivas e valores éticos (COHEN, 2003).

O segundo componente fundamental foi acrescentado por Tourraine, Melucci e outros. Estes enfatizaram o aspecto dinâmico, criativo e contestador da sociedade civil. A partir deste reconhecimento, como exposto por Cohen (2003) é possível articular duas perspectivas: na primeira, a sociedade civil age como fonte dinâmica e inovadora para a tematização de novos problemas, de novos projetos, de criação de novos valores e identidades coletivas; na segunda, considerando a capacidade de ação coletiva, o formato institucional da sociedade civil e da sociedade política²² pode se tornar alvo de lutas pela democratização.

Outra importante contribuição foi a concepção deliberativa da esfera pública elaborada por Habermas. Nos espaços públicos, as pessoas refletem sobre assuntos que possuem interesse comum como seres iguais e informam-se sobre acontecimentos e sobre ideias, opiniões e reflexões de outras pessoas. Esse debate que ocorre publicamente sobre leis, normas, valores e políticas gera, por fim, uma opinião pública politicamente relevante (COHEN, 2003). Desta forma, essa opinião tem como finalidade influir nos debates decisórios de políticas e jurisdições pertinentes, além de obter controle sobre as ações e decisões dos governantes e legisladores. Como analisado por Cohen (2003, p. 426)

A liberdade de acesso e a participação paritária são o ideal de regulação de todos os arranjos institucionais que reivindicam uma legitimidade democrática; todos os cidadãos sujeitos à lei deveriam ter o direito de participar e de expressar suas opiniões, de tentar exercer influência, e todos os participantes deveriam ser capazes de fazê-lo em igualdade de condições.

A sociedade civil está situada num território onde desenvolve suas relações e constrói seus espaços públicos para expressão e participação de seus atores. O termo sociedade civil, trata-se de um conceito clássico da sociologia política, mas,

²² Esse termo se refere ao conceito de "condições de governo" (conditions of rule). Nessa perspectiva, o governo remete a um arranjo de regras, formais e informais, que geram expectativas acerca do comportamento dos agentes em interação, sejam estatais ou não estatais. A sociedade política se define então, pelas relações mantidas por regras e geradoras de modos de governo que não incidem necessariamente sobre territórios fixos, ou, ao menos, seus contextos não são mutualmente exclusivos.

atualmente, ele tende a ser utilizado num modelo de divisão tripartite da realidade: Estado, mercado e sociedade civil. Dentro desta perspectiva teórica, a sociedade civil

Está preferencialmente relacionada à esfera da defesa da cidadania e suas respectivas formas de organização em torno de interesses públicos e valores, incluindo-se o de gratuidade/altruísmo, distinguindo-se assim dos dois primeiros setores acima que estão orientados, também preferencialmente, pelas racionalidades do poder, da regulação e da economia. (Scherer-Warren, 2006, p. 110).

Nas instituições estatais e econômicas, os atores estão diretamente envolvidos com o poder do Estado e com a produção econômica, que buscam controlar e administrar. Assim, estes “não têm condições de subordinar critérios instrumentais e estratégicos aos padrões de integração normativa e social ou à comunicação irrestrita que caracteriza a sociedade civil” (COHEN, 2003, p. 427).

Como exemplifica Bobbio (1909) na contraposição sociedade civil e Estado, a sociedade civil representa a esfera das relações entre pessoas, grupos, classes sociais, que se desenvolvem à margem das relações de poder que caracterizam as instituições do Estado. A sociedade civil representa a área dos conflitos econômicos, ideológicos, sociais e religiosos que o Estado tem que resolver, esta intervenção estatal pode ser sob forma de mediador ou supressor. A sociedade civil refere-se à participação cidadã num campo amplo, desta forma, ela não estará isenta de relações e conflitos de poder. Não obstante, não se pode minimizar as assimetrias existentes na sociedade em relação ao domínio das informações e recursos e das limitações cognitivas que dificultam a ação comunicativa, nem por menos deixar de citar a existência dos interesses que permeiam as ações dos grupos sociais nos embates nos espaços públicos (Teixeira, 1999).

O conceito de Sociedade civil, dentro do debate político contemporâneo, está na possibilidade de construção de uma nova esfera social que seja divergente e independente do Estado e da economia. Assim, como exposto por Ballestrin e Losekann (2013), esse conceito pode contribuir na compreensão e proposição de mecanismos que permitam aprofundar os níveis democráticos para além daqueles conquistados por meio dos instrumentos da democracia representativa e das leis do mercado. As ações coletivas demonstradas dentro das organizações da sociedade civil representam o exercício de uma lógica que é guiada por valores de solidariedade, respeito às diferenças, busca de convencimento racional, através do debate público das questões e de realização de projeto econômicos, educativos e comunicacionais,

num processo de empoderamento dos segmentos sociais marginalizados (Teixeira, 1999).

Como descrito por Scherer-Warren (2006, p. 110) a sociedade civil é “a representação de vários níveis de como os interesses e os valores da cidadania se organizam em cada sociedade para encaminhamento de suas ações em prol de políticas sociais e públicas, protestos sociais, manifestações simbólicas e pressões políticas”. Estes atores não buscam a conquista do poder estatal ou a organização da produção; na verdade, tentam influenciar as tomadas de decisões pela participação em associações e movimentos democráticos e por meio da mídia pública. A interação comunicativa é “o grande mecanismo coordenador da sociedade civil, em vez do dinheiro ou do poder” (COHEN, 2003, p. 428). E a interpretação que se faz dessa autonomia de comunicação – liberdade dentro da sociedade para os atores se organizarem, criticarem e reafirmarem normas, valores, identidades e significados por meio da interação comunicativa – como elemento característico da sociedade civil, enfatiza o potencial crítico que esta tem referente às normas e projetos propostos, sua capacidade de exercer influência na sociedade política e a importância de proteger a sociedade civil contra a “colonização” pelo dinheiro ou pelo poder (*ibidem*). E para garantir as condições de autonomia, o modelo teórico proposto por Cohen e Arato (2001), afirmam que a “autolimitação” entre as esferas sociais é necessária.

Os limites estabelecidos para cada elemento da sociedade estariam nos próprios mecanismos coordenadores já estabelecidos por cada um de forma distinta. Como observado por Ballestrin e Losekann (2013), o mecanismo coordenador do Estado é o poder, por meio do monopólio do uso da força; o da economia é o dinheiro; e, o da sociedade civil é a capacidade de influência. É importante observar que estes mecanismos coordenadores não são impermeáveis, mas como sugerido por Cohen e Arato (2001 apud BALLESTRIN; LOSEKANN, 2013, p. 191) “a sociedade civil é capaz de influenciar o sistema político e o sistema econômico agindo sobre as instituições intermediárias desses dois campos”. Desta forma, essas instituições dentro do Estado seriam todos os instrumentos da democracia representativa em si, como os partidos, os parlamentos, e até mesmo instâncias locais e regionais abertas a participação direta da sociedade. Já, a respeito do mercado, temos os mecanismos de negociação coletiva, de conselhos de representação dos trabalhadores e outras instâncias que podem ser mediadoras das ideias da sociedade civil e a realidade econômica.

Assim, o papel da sociedade civil ocorre em dois planos. O primeiro, ofensivo, em relação ao Estado e ao mercado, estabelecido por meios das diversas ações coletivas organizadas pela sociedade civil; o segundo, defensivo, que busca “preservar certas estruturas da associação e da esfera pública, produzir contra-esferas públicas subculturais e contra-instituições, solidificar identidade coletivas e ganhar novos espaços na forma de direitos mais amplos e instituições reformadas” (HABERMAS, 1997, p. 103 apud TEIXEIRA, 1999b, p. 107). O exercício desse duplo papel ocorre, mais fortemente, na relação com o Estado com ações coletivas voltadas para a formação de opinião e para pressionar os órgãos decisores, buscando a adoção de determinadas políticas, seja no espaço local, nacional ou global; na no papel defensivo, observamos a criação de redes nacionais e internacionais, a efetivação de projetos de cooperação, capacitação, encontros e congressos para debate dos problemas comuns visando o fortalecimento da própria sociedade civil. Já, em relação ao mercado, o exercício do papel duplo é ainda muito limitado (TEIXEIRA, 1999b).

3.1 A Sociedade Civil Global

Se o conceito de sociedade civil já é bastante complexo, maior dificuldade se terá com o de sociedade civil global. O conceito de “sociedade civil global”, transparece os limites para se pensar em uma sociedade civil para além do Estado. No texto de Lage (2012), é demonstrado que essas limitações podem ter duas interpretações para a noção de “além do Estado”. O primeiro ponto se refere a problematização da posição do Estado como ator central nas Relações Internacionais, de forma que a sociedade civil global é compreendida como um conjunto de agentes e um espaço de interação social que convive com o Estado, sem que isso signifique a superação deste. Assim, “além do Estado” consiste em uma ampliação dos fenômenos concebíveis através do estudo das Relações Internacionais. O segundo ponto, trata-se sobre os limites para se compreender a formação de uma sociedade civil que transpasse as fronteiras do Estado, que não se mantenha confinado, em outras palavras, que estejam “além do Estado”.

A sociedade civil global, abordada por Lage (2012, p. 165) é “um conjunto de agentes não estatais atuantes na sociedade política, com vistas a institucionalizar suas demandas ou a estimular, propor ou gerar mudanças de regra e políticas”. Os elementos desse conjunto são os movimentos sociais, nacionalistas, fundamentalistas, corporações transnacionais, instituições financeiras, organizações não governamentais, grupos de cidadãos, grupos criminosos e terroristas, comunidades epistêmicas; um grande leque de agentes que possuem distintas formas de funcionamento, organização, origem e princípios, “pensam e agem globalmente” (RUGGIE, 2004, p. 510 apud LAGE, 2012, p. 165).

A mudança fundamental para a emergência da sociedade civil global foi ocasionada quando “o fim da Guerra Fria e a crescente interconexão global dirimiram a distinção entre sociedade ‘civis’ e ‘não civis’, entre o ‘ocidente democrático’ e o oriente e o sul ‘não democráticos’ e questionaram o Estado guerreiro centralizado tradicional” (KALDOR, 2003, p. 2 apud LAGE, 2012, p.), favorecidos pelos avanços tecnológicos e pelo crescimento da legitimidade e autoridade moral que os seus agentes adquiriram com o passar do tempo. Kaldor (2003), em sua opinião, demonstra que o que o fim da Guerra Fria possui dois desdobramentos importantes para a conceitualização da sociedade civil global:

Em primeiro lugar, a preocupação com a autonomia pessoal, auto-organização e espaço privado se alastrou não apenas pela Europa Oriental, como também por outras partes do mundo. Já nos anos 1960 e 1970, nos Estados Unidos e na Europa Ocidental, os direitos civis, o feminismo e o meio ambiente haviam sido temas em torno dos quais movimento sociais se organizaram. Na década seguinte o termo “sociedade civil” ganhou força na parte leste da Europa e, paralelamente, em outras regiões do globo, como a América Latina, em resposta a uma percepção de intrusão excessiva do Estado no cotidiano das pessoas. Em segundo lugar, somada ao fim do conflito bipolar, a interconexão global crescente transformou as fronteiras de atuação da sociedade civil (LAGE, 2012, p. 166).

Kaldor (2003, apud LAGE, 2012) seleciona três variantes do conceito de sociedade civil global: a ativista, a neoliberal e a versão pós-moderna. A ativista está ligada a uma atuação voltada para a oposição aos governos nacionais, muito praticada na Europa Central entre a década de 70 e 80, objetivava a redistribuição do poder do Estado; a neoliberal, é definida como o terceiro setor, que possui como meta a substituição de algumas funções do Estado por meio de ONGs; e, por último, a pós-moderna rompendo com qualquer tipo de visão universalista, buscando fortalecer princípios como tolerância, pluralismo, contestação, de identidades nacionais e religiosas. Diante disso, a sociedade civil global, é o conjunto de agentes que

pertencem a todas versões citadas, não importando quais sejam as formas que tenham tomado atualmente e os rótulos que lhe foram atribuídos.

No instante em que foi interpretado que paz e direitos humanos são inseparáveis em várias partes do mundo, por volta da década de 1970, houve o fortalecimento da sociedade civil global. Como comenta Lage (2012, p. 169)

Na América Latina, a sociedade civil começava a se movimentar contra as ditaduras instauradas nos países. Na Europa Central, o reflexo disso foi atestado nos novos movimentos sociais e grupos de cidadãos, com ligações transeuropeias e, por vezes, globais. Outra fonte de novas ideias foi a Europa Ocidental, lugar de proliferação do movimento de paz, em resposta ao desenvolvimento de armas nucleares; houve uma ênfase no papel dos cidadãos em escala transnacional. Com o tempo, os movimentos sociais europeus iniciaram o estabelecimento de um diálogo, por meio das novas tecnologias de informação, de seminários e de novos meios de transporte. Os debates operaram como um aprendizado social, de influência em muitos pensadores e indivíduos em geral; a concatenação dos posicionamentos combinava reflexões acerca dos impactos da globalização, da difusão da democracia para o leste da Europa, da ampliação da capacidade de agência das pessoas e de maior participação e deliberação nos processos decisórios. Consolidou-se uma nova versão da sociedade civil, fruto de uma mudança no caráter da autoridade política e de uma expressão de aspirações mais audaciosas por parte de agentes excluídos da dinâmica política pelos blocos do sistema bipolar.

Desde o aumento dos movimentos sociais dos anos de 1970 e 1980, como exposto por Kaldor (2003 apud LAGE, 2012, p. 169) “com a crescente interconexão global e comunicação dialógica dos agentes não estatais, consubstanciou-se uma sociedade civil global, cujos participantes cada vez mais se desatavam dos limites geográficos estatais”. Assim, houve a formação de redes globais de cooperação, troca de ideias e atuação.

Ademais, é importante refletir que nos últimos anos o processo de globalização acelerou-se e aprofundou-se, não somente nos termos econômicos, mas também no setor de comunicação, em decorrência dos avanços tecnológicos nos meios de informação, permitindo que os as trocas de informações se realizassem mundialmente de forma instantânea e diária. Essa velocidade na obtenção de dados pode gerar mudanças na forma de pensar, agir, produzir, consumir, fazer política (TEIXEIRA, 1999a). Segundo Borja e Castells (1966 apud TEIXEIRA, 1999a) a sociedade, com o passar do tempo, está mais organizada em torno da produção, distribuição e manipulação de símbolos e da cultura construída em torno do audiovisual.

A produção se torna descentralizada, ficando mais flexível em unidades autônomas coordenadas em rede, potencializando a produtividade e a acumulação e ainda assim, marginalizando vários segmentos da sociedade que passam a ser

considerado supérfluos, não somente nos países em desenvolvimento, mas até mesmo, nos países desenvolvidos. O aprofundamento dessa exclusão leva à constituição do “Quarto Mundo”, observado por Teixeira (1999a), ampliando o desemprego, precariedade dos contratos de trabalho e redução das garantias sociais. Dessa forma, o Estado de Bem-Estar Social entra em crise, havendo a adoção do neoliberalismo, com fundamentação em medidas ortodoxas aplicadas e o desmantelamento do aparelho dos serviços de proteção social. Assim, agravam-se os conflitos entre os grupos sociais em determinados países, reavivando aspirações autonomistas ou atitudes agressivamente defensivas em relação aos efeitos das políticas adotadas (*ibidem*).

As relações entre Estado e sociedade civil mudam, surgindo novos atores sociais, possuindo papéis diferenciados, além de estarem inseridos em arranjos institucionais descentralizados, e em novos espaços de participação social e política. Borja e Castells (1996 apud TEIXEIRA 1999a) expressam que o “local” passa a ter uma posição estratégica, nesse contexto, este é como um centro de questão global, em termos de produtividades e competitividade econômica, de integração sociocultural, de representação e gestão políticas. Os governos locais podem implementar de forma satisfatória “a gestão das diferenças socioculturais que se expressam no território, em razão da sua maior flexibilidade e maior proximidade com esses grupos” (TEIXEIRA, 1999a, p. 141).

Com o processo de globalização inicia-se, também, um forte debate que visa interpretar quais são as tendências emergentes dentro da sociedade civil e quais são suas organizações mais ativas que procuram constituir uma esfera pública para acompanhar e tentar influir nas decisões dos organismos internacionais. A globalização provoca identidades, internacional e extraterritorialmente e na esfera local. “O local não desaparece, mas a noção de espaço passa a ser compreendida mais social do que territorialmente” (WATERMAN, 1999 apud TEIXEIRA, 1999a). A sociedade civil global emerge desse processo como um conjunto de atores transnacionais que tentam supervisionar questões que os países não obtêm controle, além de buscarem redefinir o papel das agências internacionais e suas relações com instituições nacionais, organizações da sociedade civil, de forma a adotar regras e princípios democráticos.

Dessa forma, a noção que se tem de “sociedade civil global” é um conjunto de atores heterogêneos que atuam no sistema internacional com objetivos, valores, modos de organização e meios de atuação diversos, quando não opostos entre si, e origens variadas, mesmo que possuindo sua maior concentração geográfica no norte ocidental (LAGE, 2012). Que buscam a criação de espaços públicos nos quais seja possível debater as políticas desenvolvidas pelos organismos internacionais (TEIXEIRA, 1999a). A sociedade civil global, em nenhum momento, substitui a sociedade nacional, a sociedade doméstica, a sociedade regional ou de qualquer outro nível. Agentes locais podem absorver, se relacionar ou rejeitar o global, podem estar em contato direto ou não. É necessário que o local veja o global com todas suas atribuições, por um lado, disponível para ser explorada, reconstruída e manipulada; e por outro, penetrante, impactando na atuação do local, a despeito das intenções dos agentes (LAGE, 2012).

Chandhoke (2002 apud LAGE, 2012) faz uma observação válida acerca da sociedade civil global, que pode ser visto como um desafio a sua conceptualização. É necessário ter cautela em relação a esse conceito, seja como uma esfera autônoma do Estado e do mercado, ou uma alternativa às instituições sociais, ou ainda, na condição de crítica da ordem atual. A influência que a sociedade civil global está exercendo na opinião pública e em temas políticos de diversas áreas das relações sociais, é muito forte. Mas como explicitado pelo autor, pode ocorrer um paradoxo. Pensando que um dos pontos positivos sobre este conceito, é o fato de atribuir às experiências pessoas cotidianas em seus planos de ações, e refletindo sobre alguns atores da citada sociedade, estes que antes de serem meios da iniciativa cidadão, “são proponentes de agendas que falam em nome de e não com os seres humanos pelos quais alegam lutar, reproduzindo o tão discutido déficit democrático que imputam às instituições contra as quais protestam” (CHANDHOKE, 2002 apud LAGE, 2012, p.173).

3.2 Emergência do Feminismo negro: O pessoal é internacional?

Zalewski e Enloe (1995, p. 279 apud CAMPOS, 2010, p.) apontam que “the new world (dis)order seems to have opened up spaces for people to reassess their

identities and for groups to claim the right to their identity often in response to a perceived threat". As identidades já moldavam a política internacional, desde o seu início como demonstra o caso do escravagismo e subsequente, o apartheid. A teoria feminista das Relações Internacionais, abriu o espaço para a demanda da inclusão da história, das relações sociais, dos fatores ideacionais, que fazem parte das categorias de gênero, raça e classe nas R.I. (CAMPOS, 2010). E como definido por Collins Feminismo negro é "a process of self-conscious struggle that empowers women and men to actualize a humanist vision of community" (COLLINS, 1989, p. 39 apud TAYLOR, 1998, p. 235).

Dentro do feminismo negro estadunidense, raça, sexo, classe e sexualidade constituem mutuamente a construção de sistemas de opressão²³. Como salienta Collins (2000) os paradigmas interseccionais fazem duas importantes contribuições para a compreensão das ligações entre o conhecimento e o empoderamento, ou capacitação. Por um lado, eles estimulam novos entendimentos e interpretações de experiências das mulheres afro-americanas, mostrando que os problemas que a mulheres negras passam, perpassam diversas categorias. Nunca somente é só por uma categoria (negro, mulher, pobre), mas a intersecção de duas ou mais. Esses paradigmas sugerem, também, que opressões que se cruzam também moldam as experiências de outros grupos marginalizados, como gays e lésbicas negros ou pobres, americanos com descendência asiática, e outros grupos historicamente identificáveis possuem histórias distintas que refletem seu posicionamento único nas opressões interseccionais (ANDERSEN; COLLINS, 1998 apud COLLINS, 2000).

Outra contribuição importante é que estes paradigmas lançam uma nova luz sobre como o domínio está organizado. Pois "the term matrix of domination describes this overall social organization within which intersecting oppressions originate, develop, and are contained" (Collins, 2000, p. 228). Deste modo as opressões interseccionais assumem uma forma particular em um local social, assim qualquer matriz de dominação pode ser vista como uma organização historicamente específica de poder em que os grupos sociais são incorporados e que se destinam a influenciar. Utilizando as palavras de Collins (2000), todos os contextos de dominação, incorporam alguma combinação de opressão interseccionais, e existe uma

²³ Davis, 1981; Smith, 1983; Lorde, 1984; Crenshaw, 1991.

variabilidade considerável a partir de uma matriz de dominação para outra, sobre a forma como a opressão e o ativismo serão organizados.

As Senegalese feminists (Iman et al. 1997), Black American feminists (Guy-Sheftall, 1995b), and Black British feminists (Mirza, 1997) all point out, social institutions in Senegal, the United States and the United Kingdom reflect intersecting oppressions of race, class, gender, and sexuality. Yet social relations within these three nation-states differ: Domination is structured differently in Senegal, the United States, and the United Kingdom. (COLLINS, 2000, p. 228)

Assim, independentemente da forma como ocorre o arranjo de qualquer matriz de dominação, quer ao longo do tempo ou de sociedade para sociedade, o conceito desta matriz encapsula a universalidade das opressões interseccionais organizadas através de diversas realidades locais.

Mesmo com fortes contribuições, o pensamento feminista negro deve continuar a desenvolver análises mais complexas de opressões interseccionais – como essas opressões são organizadas, o seu efeito na composição do grupo e da história, a sua influência sobre a consciência individual, e, mais importante estratégia coletiva de resistência. Por isso, se faz necessário, também, incorporar análises mais abrangentes de como a nação pode constituir uma outra forma de opressão (Anthias e Yuval-Davis, 1992; Yuval-Davis, 1997).

Collins (2000, p. 229) reflete que “race, class, gender, and sexuality all remains closely intertwined with nation”. Para explorar melhor essas conexões, é importante distinguir os termos nação, nacionalismo e estado-nação, já que são frequentemente utilizados como sinônimos, porém referem-se a coisas diferentes. Utilizando-me da definição dada por Collins (2000) uma nação é constituída por um conjunto de pessoas que acreditam que eles foram moldados por um passado comum e são destinados a partilhar um futuro comum. Nacionalismo é uma ideologia política, que se expressa por qualquer grupo que se auto-define como povo distinto ou nação. E, quando qualquer grupo adquire suficientes poderes do Estado que lhe permite realizar seus objetivos, ele controla um Estado-nação.

Ademais, o termo nação também remete a características que são alimentadas por uma cultura comum, como língua e os costumes; território geográfico bem definido; a crença numa história comum ou de origem; a crença que existem laços mais estreitos entre os membros da nação do que com estranhos; um sentido de diferença em relação a grupos e, torno deles; e uma hostilidade compartilhada em

relação aos grupos de fora. As ideologias nacionalistas, também, se esforçam para promover crenças e práticas que permitem um povo ou nação para controlar seu próprio destino (Collins, 2000). E o Estado-nação, identificado também, como uma área geográfica possuidora de uma política legítima, que pelos próprios meios, constitui um governo soberano. Nesse ponto, cabe um exemplo, pois tanto nos Estados Unidos, Brasil, Europa e entre outros, vemos que os homens brancos e ricos que controlam o governo e a indústria, desta forma as políticas públicas normalmente beneficiam somente este grupo. Estes, são possuidores de tamanho poder que transformam seus interesses individuais como sendo os interesses nacionais (*ibidem*). Por isso, muitos movimentos sociais, seja de negros, feministas, índios entre outros, abraçam as ideologias nacionalistas, pois estas sublinham a solidariedade e resistência.

Neste âmbito as mulheres são importantes dentro das filosofias nacionalistas, se o nacionalismo é encaminhado por grupos dominantes que exercem o poder do Estado-nação, ou por grupos subordinados que usam ideologias nacionalistas para contestar sua opressão. Grupos de ambos os lados do poder do Estado vêem as mulheres de formas particulares. Principalmente, porque as mulheres são capazes de se tornarem mães. Assim, estas assumem um papel fundamental em três elementos do pensamento nacionalista: questões de sexualidade e fertilidade, da maternidade, e de ser símbolos da nação (Yuval-Davis, 1997 apud Collins, 2000).

Como aponta Collins (2000), as mulheres experimentam a situação peculiar de ser responsável por reproduzir a população do estado-nação, passando a esta criança toda a cultura nacional do país. Porém, considerando a matriz de dominação estadunidense e de outros países, todo esse processo é racializado, organizando-se em formas específicas de classe, e exercendo diferentes impactos sobre as mulheres de diversas sexualidades. Assim, as mulheres são avaliadas de diferentes formas com base no seu valor, que é percebido para dar à luz ao tipo certo de criança, passar valores familiares adequados, tornando-se símbolos dignos da nação. Dessa forma as mulheres negras recebem tratamento diferenciado com base nesse valor que foi percebido pois dão à luz a raça “errada” das crianças, são incapazes de socializar as crianças de forma correta pois estas veem de estruturas familiares ruins, tornando-se indignos símbolos para o patriotismo.

Por isso é necessária a mudança para uma análise global, pois esta não só revelará as novas dimensões das experiências das mulheres negras estadunidenses na matriz particular de dominação que caracteriza a sociedade dos EUA, mas também iluminará como uma matriz transnacional de dominação apresenta certos desafios para as mulheres de descendência africana. As opressões interseccionais não param nas fronteiras dos Estados Unidos. Como argumenta Collins (2000, p. 231) “intersecting oppressions of race, class, gender, sexuality, and nation constitute global phenomena”, porém assumem uma organização particular em cada país. A autora salienta

U.S. Black women’s experiences constitute one such group history that can be seen in the context of the particular social movements within the United States, the domestic policies of varying levels of U.S. government, and a global matrix of domination affecting women of African descent in general. Black women in Nigeria, Trinidad and Tobago, the United Kingdom, Botswana, Brazil and other nation-states are similarly located. They encounter the contours of local social movements, the policies of their nation-states, and the same global matrix of domination in which U.S. Black women are situated. All of these groups of women thus are positioned with situations of domination that are characterized by intersecting oppressions, yet their angle of vision on domination will vary greatly (COLLINS, 2000, p. 232).

Num contexto transnacional, as mulheres africanas da América Latina e de países asiáticos não ficaram sentadas de braços cruzados, à espera de classe média, as mulheres brancas da América do Norte e Estados-nações da Europa Ocidental para lhes dizer o que fazer. Em vez disso, usando as Nações Unidas como um veículo, as mulheres de diversas origens identificaram a opressão de gênero como um tema importante que afeta as mulheres transnacionalmente (ver, por exemplo, Direitos das Mulheres, 1998). Essas mulheres não são apenas "teorizam" sobre a opressão; sua teoria emerge de dentro do terreno prática do ativismo. Dentro deste contexto transnacional global, as mulheres de descendência africana têm um legado distinto e compartilhado, que por sua vez faz parte de um movimento global de mulheres. Ao mesmo tempo, devido à combinação peculiar do legado das culturas africanas, uma história de opressão racial organizada através de escravidão, colonialismo e imperialismo, e um racismo global emergente que, assistida pela tecnologia moderna, move-se através das fronteiras nacionais com velocidade vertiginosa, as mulheres de descendência africana encontram problemas particulares. Por exemplo, assim como as mulheres afro-americanos constituem um dos grupos mais pobres dentro dos

Estados Unidos, as mulheres negras no Brasil também constituem este mesmo grupo (COLLINS, 2000).

Apesar das barreiras nacionais que separam as mulheres de ascendência africana, as experiências das mulheres negras demonstram marcada semelhança que "illustrate how the persistence of the legacy of colonialismo with its racial/ethnic, sexista and class biases has resulted in a system of 'global gendered apartheid' – a global economic system characterized by the exploitation of labour of women of colour everywhere" (Antrobus 1995, 55 apud Collins, 2000, p.). Neste contexto, como teórico social Obioma Nnaemeka (1999, p. 37 apud Collins, 2000, p.) aponta, " as people of African descent, our attention should not be solely on how blacks in Africa and those in the African Diaspora are related with each another, but also on how they related to each other". Sendo assim, como afirmado por Collins (2000) a tarefa encontra-se em estimular o diálogo entre os limites reais de fronteiras nacionais, para desenvolver novas formas de se relacionar com o outro, a fim de desempacotar a interligação das experiências das mulheres negras.

O posicionamento das mulheres afroamericanas dentro do contexto transnacional sugere que as feministas negras estadunidenses representam o feminismo negro tanto estadunidense como o da diáspora negras, além do ativismo pelos direitos transnacionais das mulheres. Collins (2000) afirma que os diversos feminismos negros se assemelham entre si considerando algumas dimensões. Coletivamente, essas áreas de interesse comuns ligam os feminismos de mulheres afrodescendentes dentro de um contexto transnacional amplo. Esses pontos em comum também fornece um ponto de partida útil para examinar as diferenças comuns que caracterizam o movimento intercontinental de tomada de consciência das mulheres negras, fornecendo diferentes respostas para as opressões interseccionais que são organizadas diferentemente em cada país através da matriz mundial de dominação. É importante frisar que a intersecção de raça e gênero, que emolduram a categoria "mulher negra" gera um conjunto compartilhado de desafios para todas as mulheres que possuem ascendência africana, no entanto, são colocadas diferencialmente em outras hierarquias sociais que estejam inseridas. Por exemplo, nem todas as mulheres negras são pobres, mas as mulheres negras, observadas dentro de sua coletividade, permanecem desproporcionalmente pobres (*ibidem*).

No contexto transnacional, os atores que defendem as mulheres, brancas ou negras, procuram utilizar as leis de direitos humanos existentes para desenvolver agenda dos direitos das mulheres, principalmente, para as mulheres negras. Em uma pasta de trabalho projetado para ser usado por mulheres de diferentes níveis de alfabetização, o International Women's Tribune Centre identifica seis áreas de leis de direitos humanos que podem ser usados para proteger os direitos das mulheres: as mulheres e educação; mulheres e emprego; mulheres e do casamento; refugiados mulheres; exploração e tráfico sexual; e as mulheres e tortura (Direitos da Mulher, 1988). A partir disso, passaram a redefinir os direitos humanos das mulheres como englobando seis áreas de preocupação: a violência contra as mulheres; habitação, terras e propriedades; direitos reprodutivos; direitos ambientais; mulheres com deficiência; e direitos de orientação sexual. Mesmo um breve olhar sobre esta lista revela que estas questões consideradas importantes para as mulheres também são significativos para as mulheres de descendência africana. A exploração dessas diferenças comuns entre as mulheres de ascendência africana beneficia um movimento da consciência das mulheres negras transnacional (COLLINS, 2000)

3.3 Ação do Feminismo Negro nas relações internacionais

É necessário refletir em que medida estão sendo criados espaços para essa discussão e luta, qual é a sua agenda e sua repercussão no conjunto da sociedade. Se faz imprescindível então, verificar que ações ou reações o processo de globalização tem provocado nas organizações da sociedade civil que possui base local. Utilizarei os aspectos propostos por Teixeira (1999a) como parâmetro para essa avaliação: a) atuação frente aos organismos internacionais; b) participação em Conferências Internacionais e acompanhamento das mesmas; c) ações locais de dimensão global; d) rede de organizações; e, e) cooperação internacional.

Como apontado por BARROS (2011, p. 303) a experiência brasileira é um caso privilegiado de “como a partir das inter-relações entre os atores em campos políticos internacionais-globais, são construídas, reproduzidas e subvertidas novas forças sociais e estruturações de poder e novos espaços públicos de governança e de cidadania na contemporaneidade – internacionais, transnacionais e globais”. Desta

forma, o movimento feminista brasileiro será o ponto de partida para essa discussão. Ressaltando que as mobilizações das afrodescendentes da diáspora e principalmente as brasileiras, em encontros internacionais têm trazido para o centro do ativismo negro o diálogo entre duas importantes dimensões do antirracismo

Por um lado, ação antirracista produzida a partir da academia, a exemplo dos estudos realizados pela afroamericana Kimbérle Crenshaw e a afrodominicana Ochy Curiel; e, por outro, a ação antirracista produzida no interior do movimento social das mulheres negras, como o surgimento da Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB) e da Red de Mujeres Afrolatinoamericanas, afrocaribeñas y la Diáspora, dentre outras (SANTOS, 2009, p. 283)

3.3.1 Atuação frente aos organismos internacionais

Os organismos internacionais são os principais responsáveis pela definição e implementação das políticas econômicas e sociais que afetam toda a humanidade e interferem nas relações entre os Estados e os grupos sociais. Por isso a sociedade tem desenvolvido um acompanhamento das decisões tomadas dentro destes organismos, com denúncias de seus efeitos e alguma negociação em torno de proposições alternativas (TEIXEIRA, 1999a). No âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU), as ONGs têm uma articulação permanente.

Em nível formal, o princípio da igualdade de gênero e de não-discriminação com base na raça, no que se refere aos direitos humanos, baseiam-se na Carta das Nações Unidas e na Declaração Universal dos Direitos Humanos, sendo depois explicitado no Comitê para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra Mulheres (Committee for the Elimination of All Forms of Discrimination Against Women/CEDAW) e no Comitê para Eliminação da Discriminação Racial (Committee on the Elimination of Racial Discrimination/CERD), criando um mecanismo onde os atores trocam informações entre si e acompanham as atividades relacionadas com seu objetivo (CRENSHAW, 2002).

As ONGS de mulheres negras do Brasil fazem parte “das irmandades contemporâneas da mulheres afro-brasileiras, afro-latinas e da Diáspora Africana como um todo. Estas tem sido forças fundamentais na luta antirracistas, bem como

na organização e reorganização dos afrodescendentes no país e no mundo” (SANTOS, 2009, p. 283). Um exemplo dessa importância pode ser observado nas contribuições feministas negras brasileiras em aliança com outras afrodescendentes durante a Conferência de Durban²⁴, na África do Sul, em 2001. A ação política dessas mulheres foi vital no que se refere à mobilização nacional e global de afrodescendentes – bem como de outros atores da sociedade civil – para pensar quais os meios pelos quais o racismo operava historicamente. “Essa reflexão permitiu que o racismo fosse discutido e entendido em sua dimensão global, como uma construção histórica que tem influenciado a produção, a distribuição e a reprodução da riqueza e do poder nas sociedades e entre nações” (*ibidem*).

Nota-se também que a natureza da participação do Brasil na Conferência Mundial e a transcendência das propostas elaboradas pelo país ao longo do processo preparatória influenciaram positivamente a percepção internacional sobre o comprometimento do Brasil em relação à promoção dos direitos humanos. Como exposto por Porto e Saboia (2015, p. 25) “em Durban, o Brasil projetou-se globalmente como vanguarda na defesa do combate à discriminação contra minorias”.

A intensificação desse tipo de atuação de organizações da sociedade civil frente aos organismos internacionais é notória. Como observado por Teixeira (1999a) a tendência é que as ONGs formem redes para exercer uma atuação mais global e de para que aumentem as trocas de experiências locais. Ademais, se os compromissos assumidos pelos governos em relação às políticas sociais que foram recomendadas por esses comitês não forem efetivados, é exigido que as organizações exerçam forte pressão política para que haja o cumprimento das medidas acordadas.

Considerando os impactos da globalização, o papel da sociedade civil local e global é redefinindo, sendo que sua atuação se torna mais articulada, propositiva e ofensiva em termos políticos. Assim, a exigência sobre a sociedade civil local é que não se preocupe apenas com os problemas imediatos, que envolvem controle e pressão sobre os governos locais, mas que a sua ação seja estendida aos espaços globais, mediante a imersão em redes internacionais, a presença em reuniões,

²⁴ Conferência Mundial contra o Racismo (World Conference Against Racism/WCAR) é o título de vários eventos internacionais organizados pela UNESCO para combater o racismo em suas várias formas. Desde então, quatro conferências foram realizadas: em 1978, 1983, 2001 e 2009.

conferências e fóruns internacionais. Agora, em termos de sociedade civil global, as colaborações críticas e propositivas com entidades da ONU ampliam os espaços públicos para discussão do tema, fortalecem essas entidades conferindo-lhes credibilidade, além, de trazer luz a uma maior preocupação social (TEIXEIRA, 1999a).

3.3.2 Participação em Conferências Internacionais e acompanhamento das mesmas

O conjunto de elementos definidores de “sociedade civil” – pluralidade de atores, publicidade, privacidade, legalidade – exige um suporte institucional com base nos direitos fundamentais que motivam as ações coletivas dos diversos atores, não apenas no sentido de circunscrevê-los a uma ordem jurídica estatal, mas de ampliá-los pela construção de novos direitos. Num olhar global, o papel que é exercido pelas organizações da sociedade civil nas conferências internacionais da Organização das Nações Unidas é relevante para tematizar e tornar pública as questões cotidianas vividas pelas populações, criando, assim, uma esfera pública de caráter global (TEIXEIRA, 1999b).

Como descrito por Teixeira (1999a), é necessário discutir a participação cidadã tendo em vista a atual configuração do poder do Estado, que se amplia através de organismo supranacionais, os quais são reguladores das atividades dos cidadãos nacionais e realizam projetos que interferem nas vidas destes mesmo cidadãos. É importante ressaltar que tais projetos não são submetidos ao aval dos envolvidos, ou seja, não há um processo de legitimação democrática e de debate crítico. Tendo em vista, também, que é perceptível que há uma ação cada vez mais forte de alguns tipos de organizações na esfera internacional, visualizando a perspectiva de uma “sociedade civil global”. Teixeira (1999b, p. 108) afirma que as participações dessas organizações são fortes principalmente porque estas estão presentes em “Conferências Oficiais Internacionais, principalmente nas temáticas sociais e culturais, [...] hoje atuam como delegados, com direito à voz ou através de Fóruns Alternativos, paralelos às Conferências, discutindo temáticas e questões cruciais, propondo alternativas e diretrizes”.

É visível que houve um aumento na frequência da participação de ONGs e outras organizações da sociedade civil nas conferências internacionais promovidas

pelos organismos da ONU, atuando como observadoras ou delegadas. Há a organização de fóruns alternativos que reúnem milhares de pessoas e organizações em encontros temáticos promovidos por entidades especializadas nos temas, como ONGs, associações civis e sindicatos. Além, de ocorrer o intercâmbio de ideias e experiências via rede eletrônica. A participação da sociedade civil tem se mostrado significativa, não somente pelos números dos presentes, mas pelo espaço de publicização de todas as questões levantadas. São promovidas, por exemplo, denúncias de posições dos governos locais. Esse espaço constitui também um local de diversidade cultural onde se é possível ter acesso a ideias e experiências dessas organizações (TEIXEIRA, 1999a).

A participação das organizações se torna mais relevante porque não se reduz somente ao momento de participação da conferência que está sendo promovida, mas como explicado por Teixeira (1999a) é resultado de um processo que envolve discussão e reflexão prévia por parte das organizações. “Primeiro, entre as próprias organizações depois, em reuniões preparatórias com as delegações oficiais, em que se discute, e se preparam os documentos e análises, com uma atuação mais livre das entidades civis” (*ibidem*, p. 151), sendo até mesmo, apresentadas emendas para o documento original da agenda que está sendo discutida.

É crescente na organização das mulheres negras a compreensão da necessidade de participação nos processos de articulação e intervenção da sociedade civil em nível mundial. A partir desta compreensão tem-se intensificado o esforço para viabilizar a presença nas Conferências Mundiais convocadas pela ONU, a partir da década de 90, visando ampliar o debate sobre a questão racial (RIBEIRO, 1995, p. 454).

A exemplo desse esforço, as mulheres negras se envolveram fortemente na preparação da V Conferência Mundial de População e Desenvolvimento, NO Cairo, no ano de 1994. O Geledés - Instituto da Mulher Negra²⁵, organizou o Seminário Nacional de Políticas e Direitos Reprodutivos das Mulheres Negras, entre os períodos de 20 a 22 de agosto de 1993. Houve a participação de 17 estados brasileiros.

Este seminário possibilitou a unificação das propostas em relação a temática – expressa na Declaração de Itapeperica da Serra das Mulheres Negras – que faz uma análise crítica ao papel do Estado considerando que este tem se exercido basicamente no sentido de tratar a reprodução como questão pública e os meios de manutenção da vida – habitação, saúde, educação, alimentação e trabalho – como questão privada (RIBEIRO, 1995, p. 454).

²⁵ Criado em 30 de abril de 1988, localizado em São Paulo. A palavra Geledê é originalmente uma forma de sociedade secreta feminina de caráter religioso existente nas sociedades tradicionais yorubás. Expressa o poder feminino sobre a fertilidade da terra, a procriação e o bem-estar da comunidade. É uma das organizações da sociedade civil que tratam sobre o feminismo negro, possuindo uma atuação forte e consolidada.

Neste sentido foi declarado que caberia ao Estado o papel de garantidor das condições necessárias para que os brasileiros, as mulheres e, principalmente, as mulheres negras possam exercer sua sexualidade e os direitos reprodutivos, sendo permitido a esses o controle da sua própria fecundidade para ter ou não ter os filhos que desejam, além de garantir o acesso a serviços de saúde de qualidade, de atenção a gravidez, ao parto e ao aborto. Sendo, então, estes princípios apresentados tanto ao governo brasileiro como na Conferência do Cairo (RIBEIRO, 1995).

Pela forma como são constituídos esses fóruns alternativos, pelas posições críticas assumidas, pelas alternativas que apresentam e por terem um cenário mais descontraído, frente aos debates formais que caracterizam as conferências oficiais, eles vêm obtendo uma repercussão nos meios midiáticos. Além de que estes também constituem espaços públicos para protestos, com manifestações e passeatas em ruas, como a Marcha das Mulheres Negras²⁶, que ocorreu em 2015. A dimensão expressiva e simbólica da participação cidadã se torna evidente, criando um espaço público global.

3.3.3 Ações locais de dimensão global

São constituídas por uma forma de articulação do local com o global, já que as políticas globais têm impactos no local, atingindo sobretudo os grupos sociais que possuem menor força econômica e política, grupos marginalizados, que começam a resistir e a buscar alternativas. Observado por Alger (1988 apud Teixeira, 1999a), diversas atividades locais ultrapassaram os limites fronteiriços, uma vez que as populações marginalizadas começam a resistir contra as desigualdades, pressionando o centro internacional de decisões para que medidas sejam tomadas.

No processo de organização para a IV Conferência Mundial sobre a Mulher, em Beijing, no ano de 1995, houve forte participação das mulheres negras. As ações ocorreram através dos Fóruns Estaduais de Mulheres, de caráter local e da Articulação Nacional de mulheres, nas tarefas de “organização e mobilização, definição de prioridades e, acima de tudo, nos debates políticos que se travaram”

²⁶ Essa Marcha ocorreu dia 18 de novembro de 2015, em Brasília, Distrito Federal. Segundo os organizadores do evento, mais de 50 mil pessoas participaram do evento. No final da Marcha, o grupo foi recebido pela ex-presidenta Dilma Rousseff.

(RIBEIRO, 1995, p. 455). O alvo era integrar as avaliações reafirmando que o racismo e o machismo têm que ser tratados conjuntamente tanto para a definição de políticas contra as discriminações sociais, como para a própria redefinição do conceito e da ação para cidadania. A contribuição principal desta reflexão nesse processo foi a produção do caderno “A Mulher Negra na Década – a busca da autonomia” (RIBEIRO, 1995).

A intensa participação das feministas, seja nos encontros estaduais, nos fóruns alternativos e/ou oficiais, foi decisivo para incorporação da questão racial. Várias mulheres negras pressionaram o aprofundamento dos debates, e ainda assim, contribuíram e monitoraram a elaboração de diversos relatórios. Um desses relatórios “Propostas das Mulheres Negras Latinoamericanas e afrocaribenhas para Beijing”, DE 1994 foi organizado pelo Geledés juntamente com organizações da sociedade civil de outros países²⁷. Nele, contém 15 pontos que foram referência para discussão e tomada de posição das mulheres negras no “processo de construção de um Plano de Ação Regional e da Plataforma de Ação” (RIBEIRO, 1995, p. 455). Alguns dos pontos que se destacam neste documento são

O reconhecimento de que o continente Latino-americano e Caribenho é formado por populações multirraciais e multiculturais e da diversidade protagônica das mulheres negras nos espaços onde decidem seus destinos; a exigência de que os governos implementem políticas de desenvolvimento para saldar a dívida histórica contraída com nossas populações e, principalmente, que as mulheres negras sejam beneficiárias prioritárias; a exigência de que se formulem e implementem estratégias apropriadas que assegurem as mulheres negras o direito de ter acesso à terra, trabalho, saúde, moradia, educação, meio ambiente favorável e identidade diferenciada (*ibidem*).

Visto por Teixeira (1999a), na sociedade civil, essas associações internacionais, estruturadas em redes, objetivam uma ação mais coordenada nos organismos e fóruns internacionais principalmente a assuntos que tocam a questão local, trabalhando temas como desenvolvimento local, democracia, entre outras. As organizações locais querem mudanças que tragam alternativas que melhore suas condições de sobrevivência ou irão agir de forma a se defender e resistir.

Aqui no Brasil, através da atuação política dos movimentos feministas, negros e de feministas negras, houve a adoção de políticas públicas. Inicialmente, foram

²⁷ Participaram da formulação deste painel representantes dos seguintes países Brasil República Dominicana, Honduras, Cuba, Haiti, Costa Rica, Porto Rico, Barbados, Nicarágua, Trinidad e Tobago, Venezuela, Belize, Equador, Bolívia, Peru, Uruguai, Argentina, Estados Unidos e Canadá.

criadas duas secretarias, a Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM) e a Secretaria Para Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), ambas criadas em 2003. E também, como conquista para a luta contra discriminação racial, o Brasil adotou as cotas em Universidades e a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial, que prevê punição a quem cometer discriminação baseada na raça. Sendo elogiado pelo representante do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) no Brasil, Jorge Chedieck, em 2013.

3.3.4 Rede de organizações

As organizações da sociedade civil objetivando superar o localismo e o possível isolamento, como afirma Teixeira (1999a, p. 161) “passaram a formar redes tendo em vista seu próprio fortalecimento, por meio da troca de experiência, informações e, em alguns casos, da promoção de ações conjuntas”. Essas redes são elaboradas em torno de temas comuns e os mais frequentes são desenvolvimento local, cooperação, meio ambiente, cidadania, gênero, monitoramento do sistema financeiro, segurança alimentar, questões urbanas, etc.

Na grande maioria das vezes, as redes são sociais, com objetivos amplos e ambiciosos. A abrangência é diversificada, temos exemplos de redes que possuem 10 a 15 organizações, outras com mais de cem; algumas abarcam somente ONGs, outras ampliam-se para grupos de cidadãos; umas restringem-se a um país ou região, enquanto boa parte tem como raio de ação os cinco continentes (TEIXEIRA, 1999a).

Quanto à ação antirracista produzida pelas feministas negras temos o exemplo da Red de Mujeres Afrolatinoamericanas, Afrocaribenas y la Diáspora, da qual diversas ONGs de mulheres negras são participantes. Essa rede foi criada em 1992, a partir da necessidade de combater a

Situação de exclusão vivida pelas mulheres na América Latina e no Caribe, e ainda pela demanda dessas mulheres para incluir de forma mais organizada, através de uma visão regional, sobre instâncias governamentais e de Estado no que se referia à elaboração e à implementação de políticas públicas dirigidas a elas (SANTOS, 2009, p. 285).

Há também o Geledés – Instituto da Mulher negra que possui forte atuação internacional. Por exemplo, este instituto iniciou em 1994, o diálogo com várias organizações negras na América do Sul, o precursor da Aliança Estratégica de

Organizações Negras da América Latina e Caribe (Strategic Alliance of Black Organizations of Latin America and the Caribbean), que desempenharam papéis fundamentais na defesa de nossas demandas ao longo do processo preparatório em Durban e realização da Terceira Conferência Mundial contra o Racismo. O Fórum de ONGS Preparatório para a IV Conferência da Mulher em Mar del Plata, na Argentina, de 20 a 24 de setembro de 1994, foi organizado, também por esse instituto, que elaborou um painel “Mulheres Negras Latino americanas e Caribenhas – Balanço e Perspectivas para o III Milênio”. Este painel teve o objetivo de fornecer visibilidade a luta das mulheres negras latino-americanas e caribenhas na batalha pela conquista de cidadania e para pressionar governos e chefes de Estado para que as demandas e reivindicações das mulheres negras fossem incorporadas aos documentos oficiais e paralelos das políticas públicas (RIBEIRO, 1995).

Por conseguinte, é um indicativo claro da existência de uma sociedade civil global que busca o seu fortalecimento e a descoberta de novas formas e estratégias para enfrentar os problemas fornecidos pela globalização, que produz impactos sobre a realidade e os atores locais. Esses processos apresentados potencializam os impactos da ação cidadã, pois vão além da troca de informações, pela Internet ou periódicos, e atuam efetivamente em espaços institucionais concretos e em ações coletivas coordenadas sobretudo com estratégias mais globais sobre os centros internacionais de decisão. “A constituição de redes constitui um nível mais elevado de organização, traduzido numa relação horizontalizada, rompendo a hierarquização comum às entidades internacionais tradicionais” (TEIXEIRA, 1999a, p. 164).

3.3.5 Cooperação Internacional

A cooperação internacional, principalmente de caráter intelectual, foi deveras importante para a construção e solidificação do movimento feminista negro no Brasil. Com a participação e a articulação das mulheres negras nos encontros e seminários nacionais e internacionais percebem suas particularidades e desenvolvem suas demandas. “Os eventos nacionais e internacionais das décadas de 1980 e 1990 funcionaram como arenas políticas importantes para as feministas negras, que ao incorporarem as variáveis raça e classe, entrelaçadas à de gênero, objetivaram expor as desigualdades sociais pelas quais passavam” (Damasco, 2009, pág. 47 apud

COELHO; GOMES, 2015, p. 5). Há outro exemplo significativo, o de Luiza Bairros, feminista negra e ex-ministra da Igualdade Racial, que no âmbito da cooperação internacional, inovou colaborando para a construção de marcos políticos de combate ao racismo institucional nos municípios e na área da saúde no Brasil.

Os elementos que foram analisados indicam a existência de uma sociedade civil global em processo de constituição, que é formada por grupos heterogêneos de organizações da sociedade civil, que se articulam em redes sociais e eletrônicas, criando espaços públicos para discussão ou utilizando-se de esferas públicas institucionalizadas para o debate crítico das questões que afetam a sociedade.

Ademais, Ruggie (1998 apud LAGE, 2012, p. 175) define três aspectos sobre a mudança social

Consequências não antecipadas incidem nos resultados de longo prazo; as transformações fundamentais, cujas origens podem remontar a períodos longóquos, advêm em momentos de crise nem sempre tão longos e de maneira nem sempre tão lenta; por fim, nunca é plena e totalizante. Se há consequências não antecipadas, é ilusório antever a trajetória específica a ser percorrida; se as transformações fundamentais não são tão lentas, torna-se mais motivador lutar por elas; por fim, se nunca é plena a mudança, sempre haverá interstícios e focos de resistência.

CONCLUSÃO

O seguinte trabalho teve o intuito de revelar as conexões existentes entre o Feminismo Negro e as Relações Internacionais, através da Sociedade Civil Global. A insurgência do Feminismo dentro da disciplina começou de forma tardia, em vista da sua entrada, desde a década de 60 em outras disciplinas. O seu desenvolvimento na disciplina aconteceu devido a teoria pós-estruturalista que ofereceu a base para o desenvolvimento, pois este fazia críticas epistemológicas, ontológicas e metodológicas as teorias mainstream de Relações Internacionais, sempre lançado uma visão crítica a estas teorias, pois já não abrangiam mais a totalidade dos temas que surgiam na comunidade internacional.

O Feminismo trouxe luz à cartografia androcêntrica existente em Relações Internacionais, pois como estas afirmam, a construção de toda a disciplina foi realizada por homens, já que mulheres foram subordinadas nesse processo. Várias vertentes do Feminismo surgiram, algumas preocupavam-se fundamentalmente em desafiar o viés masculinista a partir dos quais se estruturavam as premissas centrais e conceitos do campo, de modo que as autoras introduziram uma crítica que evidenciava a genderização da teoria e da prática da disciplina. E outras, deram enfoque à investigação de casos empíricos, com o objetivo de dar visibilidade as questões de gênero e da vida das mulheres. Partindo do preceito de “o pessoal é internacional”.

Observando a intensa globalização e o reconhecimento de novos atores na comunidade internacional, observou-se novas tendências e novas formas de diálogos. Com o reconhecimento da existência de uma sociedade civil global, onde organizações da sociedade civil, encontram-se além de suas fronteiras nacionais, conseguimos localizar o Feminismo Negro nas relações internacionais.

O Feminismo Negro, enquanto teoria e movimento social, trouxe contribuições para as mulheres de ascendência africana em todo o globo. Houve emergência do tema nas agendas dos tomadores de decisões, sempre em busca de conquistas políticas públicas que atendessem suas demandas. As especificidades de ser mulher negra, de sofrer opressões interseccionais, seja de gênero, raça ou classe, as conectam transnacionalmente, tendo em vista que, como afirmado por Collins existe

uma matriz de dominação global. Assim, usando paradigmas interseccionais para explicar tanto a matriz de dominação estadunidense como a agência individual e coletiva das mulheres negras dentro dessa matriz, o pensamento feminista negro ajuda a reconceitualizar relações sociais de dominação e resistência.

Num mundo altamente individualizado, movido pelo poder, em todos os sentidos, entender que os seus problemas não são únicos e que há pessoas que passam por situações como a sua, ou até mesmo piores, e isso os conecta de uma forma nunca antes vista, é surpreendente. O aprendizado desenvolvido nessa pesquisa é grandioso, no ponto de vista, em que se imagina que o indivíduo tem voz perante aos grandes Estados soberanos e estes como mantenedores do bem-estar social, devem respeitar seus direitos e garanti-los.

Pessoalmente, essa pesquisa foi de grande seriedade para mim. Ao longo da minha vida, como qualquer outra pessoa negra, sofri preconceitos, não aceitava meus traços naturais e por muito, me obrigava a encaixar padrões que não me contemplavam. Com essa pesquisa, compreendi que nem sempre as “piadas”, os xingamentos e os olhares diferentes eram motivados somente pela cor, mas também pelo meu gênero; a questão de classe não me atingiu fortemente por eu estar localizada numa classe “mais aceita” pela sociedade. O crescimento pessoal adquirido durante a realização dessa análise foi imenso, pois entendi meus privilégios enquanto mulher possuidora de um fenótipo mais claro e de classe média perante as mulheres negras de fenótipo mais escuro e pobres, e por este fato, não é somente por mim que falo, mas também por elas. A felicidade de poder escrever sobre a história de “muitas de mim” que não tiveram essa oportunidade, me transborda. Ser mulher e negra, exige força, não só por mim, mas por todas nós.

A partir desse tema, novas propostas de estudo podem se originar, tendo em vista que o tema é bastante amplo e envolve a maior parte da população mundial, como o aprofundamento do estudo nos Comitês CERD e CEDAW e sua visão sobre a mulher negra; como se dá o espaço político global da mulher negra frente aos Estados, por exemplo. Ademais, quanto mais estudos forem desenvolvidos acerca desse tema, mais força política pode ser alcançada, por isso o silêncio nunca é a melhor opção.

REFERÊNCIAS

BAIRROS, Luiza. Mulher negra e feminismo. **Boletim do Centro de Informação da Mulher**, n. 11, São Paulo, 1988.

BARROS, Flávia Lessa. Redes e participação social em campos políticos da cooperação internacional – a experiência brasileira. **Revista Sociedade e Estado**, vol. 26. Brasília, 2011, p. 301 – 327. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/se/v26n2/v26n2a14.pdf>>. Acessado em 04 de set. 2016.

BARROS, M. O. Contribuições Feministas para as Relações Internacionais. **Cena Internacional**, v. 9, n. 1, 2007, p. 166 – 181. Disponível em: <<http://132.248.9.34/hevila/CENAIternacional/2007/vol9/no1/8.pdf>>. Acessado em 20 de mar. de 2016.

BRITTO, Clovis Carvalho. Mulheres negras em movimento: rizomas da negritude e do feminismo? **Cadernos Pagu**, nº 38. Brasília, 2012, p. 433 – 440. Disponível em: <<http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8645046>>. Acessado em 01 de set. 2016.

CAMPOS, Paula Drumond Rangel. Identidade, violência e Gênero nas Relações Internacionais. In: **As Relações de Gênero e o Crime de Genocídio: Uma Análise Crítica das Violências contra o Gênero e da Construção de Identidades em Darfur**. Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Instituto de Relações Internacionais, 2010. Disponível em: <http://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/16716/16716_1.PDF>. Acessado em 20 de out. de 2016.

CARDOSO, Claudia Pons. História das mulheres negras e pensamento feminista negro: algumas reflexões. **Fazendo o Gênero 8** – Corpo, Violência e Poder. Florianópolis, 2008. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST69/Claudia_Pons_Cardoso_69.pdf>. Acessado em 12 de abr. de 2016.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, nº 49. São Paulo, 2003. p. 117 – 132. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000300008>. Acessado em 01 de set. 2016.

CARNEIRO, Sueli. *Organização Nacional de mulheres negras: desafios e perspectivas*. In: **Cadernos Geledés**, n. 4. São Paulo: Geledés, 1993. Disponível em: <<http://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2015/05/Mulher-Negra.pdf>>. Acessado em 27 de set. 2015.

COELHO, Andreza Maria Sá; GOMES, Sansarah da Silva. O movimento feminista negro e suas particularidades na sociedade brasileira. In: **VII Jornada Internacional de Políticas Públicas**. Maranhão, 2015, p. 1 – 10. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo6/o-movimento-feminista-negro-e-suas-particularidades-na-sociedade-brasileira.pdf>>. Acessado em 15 de out. 2016.

COHEN, Jean L. Sociedade Civil e Globalização: Repensando Categorias. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro. 2003, p. 419 – 459. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/26342712_Sociedade_civil_e_globalizaca_o_repensando_categorias>. Acessado em 20 de set. 2016.

COLLINS, Patricia Hills. **Black Feminist Thought: knowledge, consciousness and the politics of Empowerment**. New York: Routledge, 2000, v. 2.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, vol.10, n.1. 2002, p.171-188. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf>>. Acessado em 14 de abr. de 2016.

DAVIS, Angela. **Mulher, Raça e Classe**. Tradução Livre, Plataforma Gueto. Grã Bretanha: The Women's Press. 1982

DUARTE, Rebeca Oliveira. **Mulher Negra e interseccionalidades** – uma proposta de análise de política as identidades para o feminismo negro. Observatório Negro, 2010. Disponível em: < <http://pt.slideshare.net/observatorionegro/mulher-negra-e-interseccionalidades>>. Acessado em 15 de abr. de 2016.

DUNNE, Tim; KURKI, Milja; SMITH, Steve. **International Relations Theories: discipline and diversity**. Oxford: University Press, 3th edition, 2013, 392 p.

GONZALEZ, Lélia. *Mulher Negra*. In: **Carta 1: falas, reflexões e memórias**. N. 4. Brasília, gabinete do Senador Darcy Ribeiro, 1994.

HARDING, Sandra. **Feminism and Methodology: Social Science Issues**. Bloomington: Indiana University Press, 1987.

hooks, bell. Mulheres Negras: moldando a teoria. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 16. Brasília, 2015. P. 193 – 210. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522015000200193>. Acessado em 01 de set. 2016.

ISQUIERDO, L. B. **Pensando o gênero nas relações internacionais**. Paraná, 2012. Disponível em: < <http://www.humanas.ufpr.br/portal/nepri/files/2012/04/Pensando-o-g%C3%AAnero-nas-rela%C3%A7%C3%B5es-internacionais.pdf>>. Acessado em 14 de jul. de 2016.

JABARDO, Mercedes (ed). **Feminismos Negros uma Antologia**. Espanha: Traficantes de sueños mapas, 2012.

_____. Apuntes para uma Genealogia del pensamiento feminista negro. **Revista Pueblos**, 2013. Disponível em: <<http://www.revistapueblos.org/?p=14081>>. Acessado em 15 de jun. 2016.

_____. Desde el Feminismo Negro, una mirada al género y la inmigración. In: **Feminismos en la Antropología: nuevas propuestas críticas**. 2008. Disponível em: < <http://www.museo->

etnografico.com/pdf/puntodefuga/160120jabardo.pdf>. Acessado em 15 de jun. de 2016.

LAGE, Victor Coutinho. “Sociedade Civil Global”: Agentes Não Estatais e Espaço de interação na Sociedade Política. **Contexto Internacional**. 2012, p. 151-188. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292012000100005>. Acessado em 14 de set. 2016.

LOSEKKANN, Cristiana; BALLESTRIN, Luciana. A Abertura do conceito de sociedade civil: desencaixes, diálogos e contribuições teóricas a partir do Sul Global. **Contexto Internacional** **78**. 2013, p. 181-210. Disponível em: <https://colombiainternacional.uniandes.edu.co/datos/pdf/descargar.php?f=../data/Revista_No_78/n78a07.pdf>. Acessado em 11 de set. 2016.

MIRANDA, Esther. **La historia del movimiento feminista negro en Estados Unidos**. 2016. Disponível em: <<http://elordenmundial.com/2016/06/movimiento-feminista-negro-estados-unidos/>>. Acessado em 20 de set. 2016

MONTE, I. X. do. O debate e os debates: abordagens feministas para as Relações Internacionais. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 21, n. 1, 2013, p. 59 – 80. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2013000100004>>. Acessado em 02 de mai. 2016

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. **Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates**. São Paulo: Campus, 2005. 259 p.

PAIVA, I. C. **A Escola Feminista nas Relações Internacionais**: bases teórico-metodológicas. 2014 — Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Ciências Econômicas. Curso de Relações Internacionais., Porto Alegre. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/116329>>. Acessado em 04 de jul. de 2016.

RIBEIRO, Matilde. Mulheres Negras Brasileiras: de Bertioga a Beijing. **Revista Estudos Feministas**. 1995, p. 446 – 457. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/viewFile/16459/15033>>. Acessado em 30 de set. 2016.

RODRIGUES, C.S.; PRADO, M. A. M. Movimento de mulheres negras: trajetória política, práticas mobilizatórias e articulações com o Estado Brasileiro. **Psicologia & Sociedade**. 2010, 445 - 456. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822010000300005>. Acessado em 15 de jul. 2016.

SABOIA, Gilberto Vergne; PORTO, Alexandre José Vidal. **A Conferência Mundial de Durban e o Brasil**. 2015, p. 21 – 26. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/5461989-A-conferencia-mundial-de-durban-e-o-brasil.html>>. Acessado em 02 de mai.

SANTOS, Sônia Beatriz. As ONGs de mulheres negras no Brasil. **Revista Sociedade e Cultura**. Goiânia. 2009, p. 275 – 288. Disponível em:

<<http://www.revistas.ufg.br/fchf/article/download/9102/6274>>. Acessado em 15 de jul. 2016.

SARFATI, Gilberto. **Teoria de Relações Internacionais**. Brasil: Saraiva, 2005, 383 p.

SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimento sociais. **Sociedade e Estado**, v. 21, n. 1. Brasília. 2006, p. 109 – 130. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922006000100007>. Acessado em 15 de out. 2016.

SILVA, Eliane Broges da. **Tecendo o fio, aparando as arestas**: o movimento de mulheres negras e a construção do pensamento negro feminista. UFBA, Bahia. 2000. Disponível em: <<http://www.desafio.ufba.br/gt6-003.html>>. Acesso em: 05 de out. de 2015.

SMITH, Sharon. Black Feminism and Intersectionality. **The International Socialist Review**. Center for Economic Research and Social Change. 2014. Disponível em: <<http://isreview.org/issue/91/black-feminism-and-intersectionality>>. Acessado em 20 de jul. de 2016.

SOUZA, A. C. T. C. de. “O pessoal é internacional”: como as teorias feministas transformam o estudo de Relações Internacionais. In: UNIVERSIDADE FEDERAL DE LONDRINA. **III Simpósio Gênero e Políticas Públicas**. Londrina: GT10 - Teorias Feministas, 2014. ISSN 2177-8248. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/GT10_Ana%20Clara%20Telles%20C%20de%20Souza.pdf>. Acessado em 14 de ago. de 2016.

TAYLOR, Ula. The Historical Evolution of Black Feminist Theory and Praxis. **Journal of Black Studies**, vol. 29. 1998, p. 234 – 253. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/2668091>>. Acessado em 23 de mai. De 2016.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. Participação Cidadã na Sociedade Civil Global. **Lua Nova**, nº 46. 1999, p. 135 – 168. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n46/a07n46>>. Acessado em 08 de out. 2016.

_____. Sociedade Civil e seu Papel Político: o Local e o Global como Espaços de Participação Cidadã. **O&S**, v. 6, n. 14. 1999, p. 105 – 114. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/osoc/v6n14/04.pdf>>. Acessado em 01 de set. 2016.

TICKNER, J. Ann. **Gender in International Relations**: Feminist Perspectives on Achieve Global Security. New York: Columbia University Press, 1992.

VÁZQUEZ, Alberto Lozano. El Feminismo en la teoría de Relaciones Internacionales: um breve repasso. **Revista de Relaciones Internacionales de la UNAM**, nº 114. 2012, p. 143 – 152. Disponível em: <<http://www.revistas.unam.mx/index.php/rri/article/download/48994/44059>>. Acessado em 20 de jun. de 2016.